



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 172

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

*“Aprova o novo Código Tributário do Município de Guará e dá outras providências”.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARÁ, ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Câmara Municipal de Guará decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1 Esta Lei Complementar aprova o novo Código Tributário do Município, dispondo sobre os direitos e obrigaes, que emanam das relaes jurídicas referentes a tributos de competência Municipal, distribuio de receitas tributárias e de rendas que constituem a receita do Município.

Art. 2 O presente Código  constituído de 02 (dois) livros, com a matéria assim distribuída:

- I. LIVRO I - Dispo sobre as normas gerais de direito tributário estabelecidas pela Legislao Federal aplicáveis aos Municípios e, as de interesse do Município para aplicao de sua Lei Tributária e regulamenta o procedimento administrativo fiscal.
- II. LIVRO II - Regula a matéria tributária no que compete ao Município e toda matéria relativa à receita do Município, constituída de tributos, distribuio de receitas tributárias e rendas.

### **LIVRO I DAS NORMAS GERAIS**

#### **TÍTULO I DA LEGISLAO TRIBUTÁRIA**

#### **CAPÍTULO I DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

#### **Seo I Das Disposies Gerais**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 173

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 3 A expressão “legislao tributária” compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a ele pertinentes.

Art. 4 A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária, no prazo de 90 (noventa) dias após a promulgação desta Lei Complementar.

### **Seção II**

#### **Dos Prazos de Lançamento e Homologação do Crédito Tributário**

Art. 5  de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento dos tributos municipais em que o contribuinte seja obrigado a antecipo do pagamento, sem prévio exame da autoridade administrativa; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 6 O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

- I. do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II. da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo nico - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 7 A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

 1- A prescrição interrompe-se:



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 174

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

- I. pelo despacho do juiz que ordenar a citação;
- II. pelo protesto judicial;
- III. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV. por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

§ 2º- Não correrá o prazo de prescrição, enquanto não localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora.

### **Seção III**

#### **Da Atualização Monetária e Encargos Moratórios**

Art. 8º Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscal, atuais e futuros - incluídas as multas de qualquer espécie - provenientes da impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, assim como todos os valores apresentados neste código serão atualizados monetariamente, de acordo com a variação anual do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ), do IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outro que venha sucedê-lo.

§ 1º- Para os fins do disposto no “caput” deste artigo, a Secretaria de Finanças fica autorizada a divulgar o procedimento para a atualização monetária, baseando-se, para o seu cálculo, nas respectivas normas regulamentares.

§ 2º- A multa de mora incidirá sobre o valor integral do crédito atualizado monetariamente.

§ 3º- Os juros de mora serão calculados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o montante do débito atualizado.

§ 4º- Fica criada a UFM (Unidade Fiscal do Município) com o valor de R\$ 11.07 (Onze Reais e Sete Centavos.) que será atualizada anualmente conforme disciplinado no “caput”, sendo sua utilização apenas para cálculos e procedimentos internos, inclusive atualização de créditos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não.

Art. 9º A atualização monetária estabelecida na forma do artigo 8º aplicar-se-á, inclusive, aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte houver depositado, em moeda, a importância questionada.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 175

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

 1- Na hipótese de depósito parcial, far-se- a atualização da parcela não depositada.

 2- O depósito elide, ainda, a aplicação da multa moratória, dos juros, ou de ambos, consoante seja efetuado antes do prazo fixado para a incidência da multa, dos juros, ou de ambos.

Art. 10. O valor do depósito, se devolvido por terem sido julgados procedentes reclamações, recursos ou medidas judiciais, será atualizado monetariamente, em consonância com as disposições dos artigos 8 e 9.

Pargrafonico - A atualização monetária do depósito cessará se o interessado deixar de comparecer  repartição competente, no prazo de 30(trinta) dias contados de sua regular notificação, para receber a importância a ser devolvida.

Art. 11. A falta de pagamento de qualquer tributo, previsto neste código, nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento, sujeitará o contribuinte ou o responsável:

a)  multa diária de 0,33% (trinta e três décimos por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, até o percentual máximo de 10% (dez por cento);

b)  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do dia seguinte ao do vencimento.

 1 As multas previstas no "caput" deste artigo serão aplicadas, sem prejuízo de pagamento do imposto devido.

À 2 Poderá ser dispensada, conforme determinação da autoridade competente, a incidência de multa e juros moratórios para lançamento retroativo de tributos diretos.

 4 Inscrita ou ajuizada a dvida, serão devidos custos, honorários e demais despesas, na forma regulamentar e da legislação.

 5 Entende-se por valor originário o que corresponda ao débito decorrente de tributos, excluídas as parcelas relativas à atualização, juros de mora e multa de mora.

Art. 12. A atualização incidirá sobre os créditos fiscais decorrentes de tributos ou penalidades não liquidados, na data de seus vencimentos.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 176

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 13. As multas incidentes sobre os créditos tributários vencidos e não pagos serão calculadas em função dos tributos atualizados.

Parágrafo nico - As multas devidas, não proporcionais ao valor do tributo, serão também atualizadas.

Art. 14. A cobrança dos débitos inscritos na Dvida Ativa far-se- com os acréscimos previstos no artigo 11 da seguinte forma:

- a) quando amigável, os acréscimos serão apurados até a data do pagamento à Fazenda Pública Municipal;
- b) quando judicial, os acréscimos serão "contados" até a data do efetivo depósito em Juízo,  disposição da Fazenda Pública Municipal.

### **Seção IV**

#### **Das Demais Modalidades de Extinção**

Art. 15. A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

- I. de recusa de recebimento, ou subordinação desse ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
- II. de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas, sem fundamento legal;
- III. de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

 1- A consignação são pode versar sobre o crédito que o consignante propõe-se a pagar.

 2- Julgada procedente a consignação, o pagamento reputa-se efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejzo das penalidades cabíveis.

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, através de procedimento administrativo, nas condições e sob as garantias que estipular em regulamento, sem prejzo das demais disposições aplicáveis dispostas neste Código.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 177

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

 1 - Todo procedimento administrativo de compensao deverá ser acompanhado de planilha de cáculo elaborada pelo Departamento de Contabilidade, e de exposio de motivos, para fins de auditoria interna ou externa.

 2 - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, regulamento determinar, para os efeitos deste artigo, a apurao do seu montante, não podendo, porém, cominar reduo maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensao e a do vencimento.

Art. 17. Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar transao que, mediante concessões mútuas, importe em terminao de litígio e conseqüente extino de crédito tributário, através de procedimento administrativo devidamente fundamentado, conforme disciplinado em regulamento.

 1 - A autoridade competente para autorizar a transao é o Prefeito Municipal.

 2 - Todo procedimento administrativo de compensao deverá ser acompanhado de planilha de cáculo elaborada pelo Departamento de Contabilidade, e exposio de motivos, para fins de auditoria interna ou externa.

Art. 18. Poderá a autoridade administrativa competente conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I.  situao econmica do sujeito passivo;
- II. ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III.  diminuta importância do crédito tributário;
- IV. s considerao es de equidade, em relao com as características pessoais ou materiais do caso;
- V.  condio es peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Pargrafonico - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 45.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 178

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

### CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

#### Seção I Das Disposições Gerais

Art. 19. Excluem o crédito tributário:

- I. a isenção;
- II. a anistia.

Parágrafo nico - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

#### Seção II Da Isenção

Art. 20. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo nico - A isenção pode ser restrita a determinada região do município, em função de condições a ela peculiares.

Art. 21. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, produzindo efeitos a partir do exercício seguinte ao da publicação.

Art. 22. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei, regulamento ou contrato para sua concessão.

Parágrafo nico - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, as disposições sobre concessão de moratória e parcelamento.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 179

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

### **Seção III Da Anistia**

Art. 23. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente  vigência da lei que a conceda, não se aplicando:

- I. aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e, aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;
- II. salvo disposição em contrário, as infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 24. A anistia pode ser concedida:

- I. em caráter geral;
- II. limitadamente:
  - a) s infrações da legislação relativa a determinado tributo;
  - b) s infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
  - c)  determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares;
  - d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída, pela mesma lei,  autoridade administrativa.

Art. 25. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo nico - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido.

### **Seção IV Do Parcelamento**

Art. 26. Os débitos tributários poderão ser parcelados administrativamente de acordo com lei específica.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 180

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

 1- A concessão do benefício está condicionada a regularidade da situação fiscal do contribuinte no exercício do requerimento.

 2- Durante o período de parcelamento dos débitos, o contribuinte não poderá inadimplir com tributos da mesma espécie, cujos fatos geradores ocorram após a sua concessão, sob pena de perda do benefício.

Art. 27. Fazem parte do débito fiscal:

- I. o imposto devido, atualizado monetariamente até o mês do pedido;
- II. as multas por infração;
- III. a multa de mora e os juros de mora previstos no artigo 11.

Art. 28. Após o vencimento, os débitos das parcelas sujeitar-se-o  atualização monetária e demais acréscimos legais.

Art. 29. O atraso do pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, por mais de 30 (trinta) dias corridos, cancela o benefício, ficando o contribuinte sujeito  quitação total do débito, passando a incidir sobre o saldo da dvida, multa, juros e atualização monetária, a partir do seu inadimplemento.

### **CAPITULO III DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Art. 30. As pessoas sujeitas à inscrição no Cadastro de Contribuintes de quaisquer dos tributos municipais, conforme as operações ou prestações que realizem, ainda que imunes, não tributadas ou isentas de tributos, devem, relativamente a cada um de seus estabelecimentos:

- I. Emitir documentos fiscais;
- II. Manter escrituração fiscal quando necessário;
- III. Manter atualizados seus dados cadastrais;
- IV. Atender as demais exigências de qualquer outro sistema adotado pela administração tributária, através de regulamento ou notificação pessoal.

 1 O Escritório de Contabilidade, desde que cientificada a Secretaria de Finanças, poderá manter sob sua guarda livros e documentos fiscais de seus clientes, exceto os talões de notas fiscais em uso, Alvará de Licncia para Funcionamento, Alvará de Utilização de Imóveis, Alvará de Saúde e



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 181

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Alvará do Corpo de Bombeiros, devendo a exibo desse,  fiscalização, ser efetuada no local por está indicado.

 2 O disposto neste artigo, salvo disposição em contrário, aplica-se às demais pessoas consideradas como solidariamente responsáveis.

### **TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

#### **CAPÍTULO I DA DVIDA ATIVA**

Art. 31. Constitui dvida ativa tributária do Município, o débito fiscal proveniente de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas tributárias de qualquer natureza, atualizado conforme o disposto no artigo 8, e juros de mora, regularmente inscritos na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular.

 1- A inscrição da dvida ativa poderá ser registrada após três meses consecutivos de inadimplência do contribuinte.

 2- Sobre o débito fiscal inscrito incidirá também juros de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 32. A dvida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

 1- A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a quem a aproveite.

 2- A fluência de juros de mora e a atualização monetária, conforme o disposto no artigo 8, não excluem a liquidez do crédito.

Art. 33. O termo de inscrição da dvida ativa conter obrigatoriamente:

- I. o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;
- II. o valor originário da dvida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 182

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

- III. a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dvida;
- IV. a indicao, se for o caso, de estar a dvida sujeita à atualizao monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cáculo;
- V. a data e o número da inscrio, no registro de dvida ativa;
- VI. o número do processo administrativo ou do auto de infrao, se neles estiver apurado o valor da dvida.

 1- A certidão da dvida ativa conter os mesmos elementos do termo de inscrio, e será autenticada pela autoridade competente.

 2- As dvidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou conseqüentes, poderão ser englobadas na mesma certidão.

 3- O termo de inscrio e a certidão de dvida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrnico.

Art. 34. A cobrança da dvida tributária do Município será procedida:

I. por via amigável - quando processada pelos órgãos administrativos competentes;

II. por via judicial - quando processada pelos órgão judiciários.

Parágrafo nico - As duas vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a Administrao Pública, quando o interesse da Fazenda Pública Municipal assim o exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dvida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável.

Art. 35. A inscrio do crédito da Fazenda Pública Municipal far-se- com as cautelas previstas no Capítulo II do Título II do Livro I.

Art. 36. Aplicam-se essas disposições a dvida ativa não tributária, na forma da legislao competente.

## **CAPÍTULO II DA CERTIDÃO NEGATIVA**

Art. 37. A prova da quitao de determinado tributo será feita por certidão negativa, expedida  vista de requerimento do interessado, que contenha todas as



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 183

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

informaes necessárias a identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período a que se refere o pedido.

Pargrafonico - A certidão negtiva será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) diasteis da data da entrada do requerimento na repartição, tendo prazo de validade de 90 (noventa) dias.

Art. 38. A expedição de certidão negtiva não exclui o direito de a Administração Pública exigir, a qualquer tempo, os créditos tributários que venham a ser apurados.

Art. 39. Terá os mesmos efeitos de certidão negtiva, aquela que consigne a existência de créditos tributários não vencidos, em curso de cobrança executiva, em que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

### **TÍTULO III DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO**

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIOES GERAIS**

Art. 40. Este título regula as disposioes gerais do procedimento tributário, as medidas preliminares, os atos iniciais da exigência do crédito tributário do Município decorrentes de impostos, taxas, contribuioes de melhoria, penalidades e demais acréscimos, a consulta, o processo administrativo tributário e a responsabilidade dos fiscais tributários.

Art. 41. A Administração Pública poderá promover, de ofício, inscrição, alteraoes de dados cadastrais ou cancelamento da inscrição, na forma regulamentar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

#### **Seção I Da Ciência dos Atos e Decisoes**

Art. 42. A ciência dos atos e decisoes far-se-:

I. no auto de infração mediante entrega de cópia, contra-recibo do interessado;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 184

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

- II. no processo ou expediente, mediante “ciente” do interessado;
- III. pessoalmente, ou a representante, mandatrio ou preposto, mediante recibo datado e assinado, ou com menao da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;
- IV. por notificaao com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio;
- V. por edital na imprensa local, integral ou resumido, se desconhecido o domicílio tributário ou na impossibilidade do cumprimento dos incisos anteriores.

 1- Quando, em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, em relaao a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta seao para as intimaoes.

 2- Prescinde de assinatura a notificaao de lançamento emitida por processo mecanográfico ou eletrnico.

Art. 43. A intimaao presume-se feita:

- I. quando pessoal, na data do recebimento;
- II. quando por carta, na data do recibo de volta, e, se for essa omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;
- III. quando por edital na imprensa local, 30 (trinta) dias após a data da afixaao ou da publicaao.

Art. 44. Os despachos interlocutórios, que não afetem a defesa do sujeito passivo, independem de intimaao.

## **Seao II Da Notificaao de Lançamento**

Art. 45. A notificaao de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e contera, obrigatoriamente:

- I. a qualificaao do notificado e as características do imóvel, quando for o caso;
- II. o valor do crédito tributário, sua natureza e o prazo para recolhimento e impugnaao;
- III. a disposiao legal infringida, se for o caso, e o valor da penalidade;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 185

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

IV. a assinatura do chefe do órgão expedidor, ou do servidor autorizado, e a indicação do seu cargo ou função.

Art. 46. A notificação do lançamento será feita na forma do disposto nos artigos 42 e 43.

### **CAPÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 47. Compete à unidade administrativa de finanças a fiscalização do cumprimento da legislação tributária.

Art. 48. A legislação tributária municipal aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade ou de isenção.

Art. 49. Para os efeitos da legislação tributária, não tem aplicação quaisquer disposioes legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papeis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, prestadores de serviços, industriais ou produtores, ou da obrigação desses de exib-los.

Parágrafo nico - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados, serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operaoes a que se refiram.

Art. 50. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informaoes de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I. os tabeliães, escrites e demais serventuários de ofício;
- II. os bancos, Caixas Econmicas e demais instituioes financeiras;
- III. as empresas de administração de bens;
- IV. os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V. os inventariantes;
- VI. os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII. quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. nº 186

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

Parágrafo único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 51. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública Municipal ou de seus servidores públicos, de informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no artigo 36 os seguintes:

I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo na Secretaria de Finanças, com o objetivo de investigar o sujeito passivo, a que se refere a informação, por prática de infração administrativa;

§ 2º - O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado e, a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º - Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal;

III - parcelamento ou moratória.

Art. 52. A Fazenda Pública Municipal poderá prestar e receber assistência das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Art. 53. A autoridade administrativa municipal poderá requisitar o auxílio da força pública federal e estadual, quando vítima de embaraço ou desacato, no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 187

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

na legislao tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contraveno.

### **CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO**

Art. 54. O procedimento fiscal terá início com:

- I. a lavratura de termo de início de fiscalizao;
- II. a lavratura de termo de apreensão de bens, livros ou documentos;
- III. a notificao;
- IV. a lavratura de auto de infrao e imposio de multa;
- V. qualquer ato da Administrao Pública que caracterize o início levantamento fiscal e de apurao do crédito tributário.

Parágrafo nico - O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relao a atos anteriores e, independentemente de intimao, a dos demais envolvidos nas infraoes verificadas.

Art. 55. A exigência do crédito tributário será formalizada em auto de infrao e imposio de multa, notificao preliminar ou notificao de lançamento, distinto por tributo.

Parágrafo nico - Quando mais de uma infrao  legislao de um tributo decorrer do mesmo fato e a comprovao do ilícito depender dos mesmos elementos de convico, a exigência será formalizada em um são instrumento e alcançará todas as infraoes e infratores.

### **CAPÍTULO IV DAS MEDIDAS PRELIMINARES**

#### **Seo I Do Termo de Fiscalizao**

Art. 56. A autoridade que presidir ou proceder a exames e diligências lavrará, sob sua assinatura, termo de início de ao fiscal, contendo a data de início e final, o período a ser fiscalizado, os livros e documentos a serem examinados, prazo para entrega da documentao solicitada e o que mais possa interessar.

 1o- O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalizao ou a constatao da infrao, em livro de escrita fiscal ou em



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 188

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

separado, hipótese em que o termo poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos  mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

 2- em sendo o termo lavrado em separado, ao fiscalizado ou infrator, dar-se- cópia do termo autenticado pela autoridade, contra recibo no original.

 3- A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do termo de fiscalização, não implica confissão, ou a sua falta ou a sua recusa agravar a pena.

 4- O prazo máximo a ser concedido ao contribuinte para a entrega de documentos fiscais e demais obrigações acessórias é de trinta dias.

 5- Iniciada a fiscalização, o fiscal tributário terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para concluí-la, prazo esse prorrogável, sucessivamente, por igual período, com qualquer outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.

### **Seção II**

#### **Da Apreensão de Bens, Livros e Documentos**

Art. 57. Poderão ser apreendidos os bens móveis, inclusive mercadorias, livros ou documentos em poder do contribuinte, do responsável ou de terceiros, que constituam prova material de infração estabelecida na legislação tributária.

Art. 58. Da apreensão lavrar-se- auto com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 30.

Parágrafo nico - Do auto de apreensão constarão a descrição dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos; a indicação do lugar onde ficarão depositados e do nome do depositário, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idneo, a juízo da autoridade autuante.

Art. 59. Os livros ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, mediante recibo, ficando no processo cópia de inteiro teor da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Parágrafo nico - Os bens apreendidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 189

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

pela autoridade competente, e pausado recibo, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art. 60. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberao dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a leilão.

 1- Quando a apreensão recair em bens de fácil deteriorao, o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

 2- Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo,  multa e acréscimos devidos, será o autuado notificado para receber o excedente.

 3- Tratando-se de gneros alimentícios de fácil deteriorao, não sendo retirado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os mesmos serão doados às entidades filantrópicas ou beneficentes locais, declaradas de utilidade pública, por lei municipal específica.

## **CAPÍTULO V DO AUTO DE INFRAO E IMPOSIO DE MULTA**

Art. 61. Verificando-se violao da legislao tributária, por ao ou omissão, ainda que não importe em evasão fiscal, lavrar-se- o auto de infrao e imposio de multa correspondente, em duas ou mais vias, sendo a primeira entregue ao infrator.

Art. 62. O auto de infrao e imposio de multa será lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá:

- I. mencionar o local, o dia e hora da lavratura;
- II. conter o nome do autuado e endereço e, quando existir, o número de inscrio no Cadastro Mobiliário da Prefeitura;
- III. referir-se ao nome e endereço das testemunhas, se houver;
- IV. descrever o fato que constitui a infrao e as circunstâncias pertinentes;
- V. indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e o da penalidade aplicável;
- VI. fazer referência ao termo de fiscalizao em que se consignou a infrao, quando for o caso;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 190

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

VII. conter intimação ao infrator para pagar os tributos, multas e acréscimos devidos, ou apresentar defesa e provas no prazo previsto de 30 (trinta) dias;

VIII. assinatura do autuante aposta sobre a indicação de seu cargo ou função;

IX. assinatura do próprio autuado ou infrator, ou de representante, mandatrio ou preposto, ou da menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura.

 1- As omissões ou incorrees do auto de infração de multa não acarretarão nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

 2- A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto de infração e imposição de multa; não implica confissão, nem a sua falta ou recusa agravar a pena.

 3- Havendo reformulação ou alteração do auto de infração e imposição de multa, será devolvido o prazo para pagamento e defesa do autuado.

 4- A lavratura de AIIM (Auto de Infração e Imposição de Multa) compete privativamente ao Fiscal Tributário.

 5- O cancelamento e/ou arquivamento do AIIM depende de despacho fundamentado de autoridade competente.

Art. 63. Não sendo possível a intimação na forma do inciso IX, do artigo 62 aplica-se o disposto no artigo 43.

Art. 64. Encerrada a fiscalização, a autoridade administrativa responsável lavrará, sob sua assinatura, termo de encerramento de ação fiscal, circunstanciando o que apurar, registrando a data de início e final, o período fiscalizado, os livros e documentos examinados e o que mais possa interessar.

 1 - Notificado o infrator, será intimado a recolher o débito fiscal reclamado ou apresentar defesa, por escrito, ao Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, sob pena de julgamento  revelia.

 2 - Não sendo encontradas irregularidades, a homologação dos lançamentos deverá constar do Termo de Encerramento.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 191

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

### **CAPÍTULO VI DA CONSULTA**

Art. 65. Ao contribuinte ou responsável, ou a qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na situação relacionada com a legislação tributária, é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária municipal, desde que protocolada antes do início da ação fiscal e com obediência às normas adiante estabelecidas.

Art. 66. A consulta será formulada através de petição dirigida ao chefe do Executivo Municipal, com a apresentação clara e precisa de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato e com a indicação dos dispositivos legais aplicados, instrda, se necessário, com os documentos.

Parágrafo nico - O consulente deverá elucidar se a consulta versa sobre hipótese em relação a qual ocorreu o fato gerador da obrigação tributária, e, em caso positivo, a sua data.

Art. 67. O prazo para a resposta à consulta formulada será de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo nico - Poderá ser solicitada a emissão de parecer e a realização de diligências, hipótese em que o prazo referido no artigo será interrompido, começando a fluir no dia em que o resultado das diligências, ou pareceres, forem recebidos pela autoridade competente.

Art. 68. Não produzir efeito a consulta formulada:

- I. em desacordo com o artigo 66;
- II. por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;
- III. por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;
- IV. quando o fato já tiver sido objeto de decisão, anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio, em que tenha sido parte o consulente;
- V. quando o fato estiver definido ou declarado claramente em disposição literal da lei tributária.

Parágrafo nico - Nos casos previstos neste artigo, a consulta será declarada ineficaz e determinado o arquivamento da mesma.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 192

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 69. Quando a resposta à consulta for no sentido da exigibilidade de obriga tributária, cujo fato gerador já tiver ocorrido, a autoridade julgadora intimará o consulente para ciência da decisão. O consulente terá o prazo de 30 (trinta) dias para regularizar a situao, objeto da consulta, findo os quais ficará sujeito  ao fiscal e às penalidades cabíveis.

Parágrafo nico - Não cabe pedido de reconsiderao ou recurso de decisão proferida em processo de consulta.

### **CAPÍTULO VII DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

#### **Seo I Das Normas Gerais**

Art. 70. Fica assegurada, ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, a plena garantia ampla de defesa e prova, sendo o julgamento dos atos e defesas de competência:

- I. em primeira instância, do responsável pela Secretaria de Negócios Jurídicos;
- II. em segunda instância, do Conselho Municipal de Tributos (CMT).

Art. 71. O Conselho Municipal de Tributos (CMT), será composto por, no mínimo, cinco membros:

- I. dois membros da Prefeitura Municipal, sendo um da Secretaria de Negócios Jurídicos e o outro da Secretaria de Finanças;
- II. um membro da Associao Comercial e Industrial;
- III. um representante da OAB;
- IV. um representante do CRC.

 1- Os componentes do Conselho Municipal de Tributos não serão remunerados para o exercício dessa funo.

 2- As normas do Conselho Municipal de Tributos serão regulamentadas por decreto.

 3- O mandato dos componentes do Conselho Municipal de Tributos será de um ano, com direito a uma reconduo.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 193

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

Art. 72. A interposição de impugnação, defesa ou recurso independe de garantia de instância.

Art. 73. Não será admitido pedido de reconsideração de qualquer decisão irrecorrível.

Art. 74. Poderão ser restituídos os documentos apresentados pela parte, mediante recibo, desde que não prejudiquem a decisão, exigindo-se a sua substituição por cópias autenticadas por servidor municipal.

Art. 75. Quando, no decorrer do processo de uma ação fiscal, forem apurados novos fatos, envolvendo a parte ou outras pessoas, ser-lhes-á marcado igual prazo para apresentação de defesa, no mesmo processo.

### **Seção II Da Impugnação**

Art. 76. Os contribuintes de tributos lançados de ofício poderão apresentar reclamação, dirigida à Secretaria de Finanças, dentro de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

Parágrafo único - A reclamação tem efeito suspensivo do crédito tributário.

Art. 77. Apresentada a defesa contra o AIIM, o processo será encaminhado ao órgão julgador da primeira instância.

Parágrafo único - Sobre a defesa manifestar-se-á a autoridade autuante.

### **Seção III Do Recurso**

Art. 78. Das decisões de primeira instância, cabe recurso ao Conselho Municipal de Tributos (CMT).

I- de ofício, pela autoridade autuante, quando as decisões forem contrárias à Administração Fazendária;

II- pelo contribuinte, dentro de 30 (trinta) dias, contados da notificação ou ciência da decisão de primeira instância.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 194

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

Parágrafo único - O recurso poderá ser interposto contra toda a decisão ou parte dela.

### **Seção IV Da Execução das Decisões**

Art. 79. São definitivas:

I. as decisões finais de primeira instância não sujeitas ao recurso de ofício, e quando esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que esse tenha sido interposto;

II. as decisões finais de segunda instância.

§ 1º - Tornar-se-á definitiva, desde logo, à parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso, nos casos de recurso voluntário parcial.

§ 2º - Caso a autoridade autuante, tomando ciência de decisão contrária a Administração Fazendária, não efetue o recurso no prazo, será declarado extinto o processo, respondendo ela pelo dano causado, respeitado o disposto nos artigos 83, 84 e 85.

Art. 80. Transitada em julgado a decisão desfavorável ao contribuinte, responsável, ou autuado, o processo será remetido ao setor competente, para a adoção das seguintes providências, quando cabíveis:

I. intimação do contribuinte, do responsável, do autuado, para que recolha os tributos e multas devidos, com seus acréscimos, no prazo de 30 (trinta) dias;

II. conversão em renda das importâncias depositadas em dinheiro;

III. remessa para a inscrição e cobrança da dívida;

IV. liberação dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos ou depositados.

Art. 81. Transitada em julgado a decisão favorável ao contribuinte, responsável, ou autuado, o processo será remetido ao setor competente para restituição dos tributos e penalidades porventura pagos.

Art. 82. Os processos somente poderão ser arquivados com o respectivo despacho da autoridade competente.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. n 195

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Pargrafonico - Os processos encerrados serão mantidos pela Administrao Pública, pelo prazo de cinco anos da data do despacho de seu arquivamento, após o que serão inutilizados.

### **CAPÍTULO VII DA RESPONSABILIDADE DOS FISCAIS TRIBUTÁRIOS**

Art. 83. O fiscal tributário, que em função do cargo exercido, tendo conhecimento de infração  legislação tributária, deixar de lavrar e encaminhar o auto de infração e imposição de multa competente, será responsável, pecuniariamente, pelo prejuízo causado à Fazenda Pública Municipal, desde que a omissão, por dolo, e a responsabilidade, sejam apuradas enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública Municipal.

 1- Igualmente será responsável a autoridade ou servidor público que, dolosamente, deixar de dar andamento aos processos administrativos tributários, ou quando o fizer fora dos prazos estabelecidos, ou mandar arquiv-los antes de findos e sem causa justificada e não fundamentado o despacho na legislação vigente  época da determinação do arquivamento.

 2- A responsabilidade, no caso deste artigo, é pessoal e independente do cargo ou função exercidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais cabíveis  espécie.

Art. 84. Nos casos do artigo anterior e seus parágrafos, ao responsável, e, se mais de um houver, independentemente uns dos outros, será cominada a pena de multa de valor igual a da aplicável ao contribuinte, responsável ou infrator, sem prejuízo da obrigatoriedade do recolhimento do tributo, se esse já não tiver sido recolhido.

 1- A pena prevista neste artigo será imposta pelo responsável pela unidade administrativa de finanças, por despacho no processo administrativo que apurar a responsabilidade do servidor público, a quem serão assegurados amplos direitos de defesa.

 2- Na hipótese do valor da multa e tributos não arrecadados por culpa de ser superior a 10% (dez por cento) do total percebido mensalmente por ele, a título de remuneração, o responsável pela unidade administrativa de



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 196

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

finanças determinar o recolhimento parcelado, de modo que de uma só vez não seja recolhida importância excedente àquele limite.

Art. 85. Não será de responsabilidade do servidor público a omissão que praticar ou o pagamento do tributo cujo recolhimento deixar de promover em razão de ordem superior, devidamente provada, ou quando não apurar infrao em face das limitaoes da tarefa que lhe tenha sido atribuída pelo chefe imediato ou por ordem superior.

Parágrafo nico - Não se atribuir responsabilidade ao servidor público, não tendo cabimento aplicao de pena pecuniária ou de outra, quando se verificar que a infrao consta de livro ou documentos fiscais a ele não exibidos e, por isso, já tenha lavrado auto de infrao e imposio de multa por embaraço  fiscalizao.

### **CAPITULO VIII DAS DISPOSIOES FINAIS**

Art. 86. A expressão “Fazenda Pública”, quando empregada nesta Lei sem qualificao, abrange a Fazenda Pública do Município.

Art. 87. Os prazos fixados nesta Lei ou na legislao tributária serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo nico - Os prazos são se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartio em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 88. O Poder Executivo Municipal expedirá, por decreto, dentro de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Lei, a regulamento relativa a cada um dos tributos.

### **LIVRO II DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

#### **TÍTULO I DAS DISPOSIOES GERAIS**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 197

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 89. Este Código dispõe sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cáculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades e a concessão de isenções.

Art. 90. Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Pública Municipal e os contribuintes, as normas gerais de direito tributário, constantes deste Código e do Código Tributário Nacional.

Art. 91. Compõem o Sistema Tributário do Município:

I - Impostos:

- a) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- b) Sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acesso física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos  sua aquisição;
- c) Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

II - Taxas decorrentes do efetivo exercício do poder de polícia administrativa:

- a) de fiscalização da licença para localização de estabelecimentos comerciais, industriais, civis e similares;
- b) de fiscalização da licença para funcionamento em horário normal e especial;
- c) de fiscalização da licença para o exercício da atividade de comércio ambulante ou eventual;
- d) de fiscalização da licença para execução de obras de construção civil e similares;
- e) de fiscalização da licença para publicidade;
- f) de fiscalização da licença para a ocupação e permanência em áreas, nas vias, logradouros e passeios públicos, subsolo e espaço aéreo, inclusive em mercados-livres e feiras-livres;
- g) de fiscalização de higiene e saúde.

III - Taxas decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição:

- a) da coleta de lixo.

IV - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

V - Contribuição de Melhoria.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 198

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 92. Para serviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas serão estabelecidos, pelo Executivo, preços publicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.

### **TÍTULO II DOS IMPOSTOS**

#### **CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA**

##### **Seção I Do Fato Gerador e do Contribuinte**

Art. 93. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de terreno ou imóvel construido, por natureza ou acesso física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana do Município, observando-se o disposto no artigo 96.

 1- Para efeito deste imposto, considera-se terreno: o solo, sem benfeitoria ou edificação, ou que contenha:

- I. construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
- II. construção em andamento ou paralisada;
- III. construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada.

 2- Para efeito deste imposto, considera-se imóvel construido o terreno com as respectivas construções permanentes, que sirvam para habitação, uso, recreio ou para o exercício de quaisquer atividades, lucrativas ou não, seja qual for sua forma ou destino aparente ou declarado, ressalvadas as construções a que se refere o inciso I do parágrafo anterior.

 3- Considera-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1 de janeiro de cada ano.

 4- Serão consideradas como construções paralisadas, as que, devidamente comprovadas, estejam nessa situação por um período máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 94. O contribuinte do imposto :



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 199

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

I. o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do bem imóvel, a qualquer título, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

II. qualquer um dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

Parágrafo nico - O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

Art. 95. O imposto também é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de bem imóvel localizado na área de expansão urbana, que seja utilizado como sítio ou chácara de recreio, ainda que não possua os melhoramentos previstos no artigo 97.

Art. 96. O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de bem imóvel localizado na zona rural do Município, ainda que possua edificaes comerciais, industriais ou residenciais.

Art. 97. As zonas urbanas, para os efeitos deste imposto, são aquelas fixadas por lei, nas quais existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I. meio-fio ou calçamento, com canalizao de águas pluviais;

II. abastecimento de gua;

III. sistema de esgotos sanitários;

IV. rede de iluminao pública, com ou sem colocao de postes para distribuio domiciliar;

V. escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilmetros do terreno considerado.

Parágrafo nico - São consideradas zonas urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitao, ao comércio ou  indústria, mesmo que localizados fora das zonas definidas no “caput” deste artigo.

## **Seo II**

### **Da Base de Cálculo e da Alíquota**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 200

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

Art. 98. A base de cáculo do imposto é o valor venal do imóvel apurado através do disposto no artigo 102 aplicado aos valores da Planta Genérica de Valores anexa a esta Lei.

Parágrafo nico - O valor venal do bem imóvel engloba o terreno e as construções nele existentes.

Art. 99. Os valores constantes da Planta Genérica de Valores serão atualizados anualmente, de acordo com o artigo 8, antes do lançamento deste imposto.

Art.100. Na determinação do valor venal não serão considerados:

- I. o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no bem imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;
- II. as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão;
- III. o valor das construções ou edificações, nas hipóteses previstas nos incisos I a III do parágrafo primeiro do artigo 93.

Art. 101. A rea edificada será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se também a superfície das sacadas, cobertas ou não, de cada pavimento.

Parágrafo nico - No caso de unidades autnomas em prédios, em condomínio, a área edificada será a área privativa de cada unidade adicionada das áreas comuns, em função de sua quota parte, podendo ser enquadrada em padrão diverso daquele atribuído às demais unidades, desde que apresente benfeitorias que a diferencie, de forma significativa, das demais.

Art. 102. O valor venal do imóvel será obtido através da aplicação da formula "HARPER-BERRINI " , IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias), Onde:

- I - V = Valor do terreno;
- P = Valor por m<sup>2</sup> do terreno (zoneamento);
- S = rea total do terreno;
- A = Testada;
- F = 25;
- G = Padrão geométrico.

$$G = \text{raiz } (S * A / F)$$



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 201

## LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.

SIT = Situação

TOP = Topografia

$$V = G * P * SIT * TOP$$

São considerados:

- a) a localização;
- b) existência de equipamentos urbanos;
- c) o numero de testadas;
- d) índice de correção por fatores de situação, topografia, medidas irregulares, alterações ambientais e outros que possam descaracterizar o terreno em relação aos demais dentro da mesma área.

II - V= Valor da edificação;

P = Valor m<sup>2</sup> da edificação (tipo edificação);

A = Total da área edificada;

F = Fator de correção predial (estado conservação=EC, depr. localização=DL)

$$V = P * A * EC * DL$$

Art. 103. A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana é o valor venal do imóvel, sobre o qual incidirão as seguintes alíquotas:

I - terreno: 3% (três por cento);

II - área livre, em terrenos edificados, que exceder, será calculado conforme formula: 3% (três por cento);

Areaterrit = área territorial

Areaedif= área edificada

Areaexc = área excedente

Vvterrit = valor venal territorial

Vvexec = valor venal excedente

Fain = Fator de incorporação: 10 de 300(liex1) até 10.000(liex2)

Se (Areaterrit > liex1 e Areaterrit < liex2) e ((Areaedif \* fain) < Areaterrit)



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 202

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

**Areaexc = Areaterrit – (Areaedif \*fain)**

**Vvexec = Vvterrit \* (Areaexc/ Areaterrit)**

III – rea edificada: 1% (um por cento).

Art. 104. Fica criada a alíquota progressiva de 3 % (três por cento), incidente, por ano de permanência, em terrenos vagos, conforme disciplina da Lei de Zoneamento.

 1- Caso o terreno seja alienado com o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis, para efeito de lançamento no primeiro ano seguinte ao da alienação, aplicar-se-o as alíquotas previstas no artigo anterior.

 2- A alíquota a que se refere este artigo, será aplicada até que se atinja o teto máximo de 15% (quinze por cento) do valor venal do imóvel, como imposto devido.

À 3- Não se aplica, o disposto no "caput" deste artigo, ao contribuinte que possua um único imóvel no município.

 4- Os terrenos que não forem alienados poderão ter seu parcelamento, edificação ou utilização, determinada pelo Executivo, conforme disciplinado na lei mencionada no artigo 90.

 5- Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da Dvida Pública, conforme regulamentao por decreto.

Art. 105. O imposto incidirá sobre as construções concluídas, independentemente da concessão da "Certidão de Conclusão de Obra".

### **Seção III Da Inscrição**

Art. 106. A inscrição no Cadastro Imobiliário Municipal  obrigatória, devendo ser promovida, separadamente, para cada terreno ou imóvel construído de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção, não podendo ser unificados em caso de lotes vagos.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 203

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 107. São sujeitas a uma são inscrição, requerida com a apresentação de planta ou croqui:

- I. as glebas sem quaisquer melhoramentos;
- II. as quadras indivisas das áreas arruadas.

Parágrafo nico - A inscrição e/ou atualização do Cadastro Imobiliário Municipal também  obrigatória para os casos de reconstrução, reforma e acréscimos.

Art. 108. O contribuinte promover sua inscrição em formulário especial a ser regulamentado por decreto, no qual, sob sua responsabilidade, sem prejuízo de outras informações que poderão ser exigidas pela Prefeitura, declarar:

 1 - Para o requerimento de inscrição de terreno:

- a) seu nome e qualificação;
- b) número anterior do registro do título relativo ao terreno, no Cartório de Registro de Imóveis;
- c) localização, dimensões, área e confrontações do terreno;
- d) uso a que efetivamente está sendo destinado o terreno;
- e) informações sobre o tipo de construção, se existir;
- f) indicação da natureza do título aquisitivo da propriedade ou do domínio útil, e/ou do número de seu registro no Cartório de Registro de Imóveis competente;
- g) valor constante do título aquisitivo;
- h) tratando-se de posse, indicação do título que a justifica, se existir;
- i) endereço para a entrega de avisos de lançamento e notificações.

 2 - Para o requerimento de inscrição de imóvel construído, aplicam-se as disposições do parágrafo anterior, com o acréscimo das seguintes informações:

- a) dimensões e área construída do imóvel;
- b) rea do pavimento térreo;
- c) número de pavimentos;
- d) data de conclusão da construção;
- e) informações sobre o tipo de construção;
- f) número e natureza dos cmodos.

 3 - Para o requerimento de inscrição do imóvel reconstruído, reformado ou acrescido, aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 204

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 109. O contribuinte é obrigado a promover a inscrição dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da:

- I. convoco eventualmente feita pela Prefeitura;
- II. concluso ou ocupação da construção;
- III. termino da reconstrução, reforma ou acrescimos;
- IV. aquisição ou promessa de compra de qualquer imovel;
- V. aquisição ou promessa de compra de parte de imovel, desmembrado ou ideal;
- VI. posse de imovel exercida a qualquer titulo;
- VII. demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno.

Paragrafo nico - A inscrição  obrigatoria, ainda que o imovel já esteja inscrito, ou sujeito a inscrição, por força de Lei anterior.

Art. 110. Os responsaveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, no mães de novembro de cada ano, ao Serviço de Cadastro Imobiliario Municipal, relação dos lotes que, até este mães, tenham sido alienados definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome e o endereço do comprador, o numero da quadra e do lote, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro Imobiliario.

Art. 111. Todo contribuinte é obrigado a atualizar os dados no Cadastro Imobiliario até o final do mães de novembro de cada ano, em formulario especial.

Art. 112. O contribuinte omissão será inscrito de oficio, observado o disposto no inciso III do artigo 285.

Paragrafo nico - Equipara-se ao contribuinte omissão o que apresentar formulario de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosos.

## **Seção IV Do Lançamento**

Art. 113. O imposto será lançado, anualmente, observando-se o estado do imovel em 1 de janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

 1 - Tratando-se de terreno no qual sejam concluídas obras durante o exercicio, o imposto sobre a propriedade territorial urbana será devido até



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. nº 205

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

o final do ano em que seja expedida a Certidão de Conclusão de Obras, ou em que as construções sejam efetivamente ocupadas.

§ 2º - Tratando-se de construções concluídas durante o exercício, o imposto será lançado a partir do exercício seguinte àquele em que seja expedida a “Certidão de Conclusão de Obras”, ou no momento em que as construções sejam parcial ou totalmente ocupadas.

§ 3º - Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, o Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana será devido até o final do exercício.

§ 4º - Aplicam-se ao lançamento deste imposto todas as disposições constantes dos artigos 114 ao 120.

Art. 114. O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar da inscrição.

§ 1º - No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição do promissário comprador.

§ 2º - Tratando-se de imóvel que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

Art. 115. Nos casos de condomínio, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários; nos dois primeiros casos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo.

Art. 116. O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

Art. 117. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública Municipal, o lançamento poderá ser revisto de ofício.

§ 1º - O pagamento da obrigação tributária, objeto de lançamento anterior, será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte, em consequência da revisão de que trata este artigo.

§ 2º - O lançamento complementar, resultante de revisão, não invalida o lançamento anterior.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 206

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 118. Enquanto não prescrita a ao para cobrança do imposto, poderão ser efetuados lançamentos adicionais, decorrentes de omissão, nas circunstâncias estabelecidas no Codigo Tributário Nacional, assim como lançamentos adicionais ou complementares de outros que tenham sido com vícios, irregularidades, ou erro de fato.

Art. 119. O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno, ou da satisfao de quaisquer exigências administrativas para a utilizao do imóvel.

Art. 120. O aviso de lançamento será entregue no domicílio tributário do contribuinte, considerando-se como tal o local indicado pelo mesmo, observado o disposto na alíneas *a* e *i* do parágrafo 1 do artigo 108.

 1- Quando o contribuinte eleger domicílio tributário fora do Município, considerar-se- notificado do lançamento com a remessa do respectivo aviso, por via postal registrada.

 2- Na impossibilidade de ser atendido o disposto no “caput” e parágrafo primeiro deste artigo, o contribuinte será notificado por meio de Edital, publicado pelo órgão oficial do Município.

### **Seo V**

#### **Das Formas e Prazos de Pagamento**

Art. 121. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana poderá ser pago na forma e prazos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo nico - No pagamento  vista poderá ser concedido desconto de até 10% (dez por cento).

Art. 122. Nenhuma prestao deverá ser paga sem a prévia quitao da antecedente.

Art. 123. O pagamento do imposto não implica em reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

### **Seo VI**

#### **Da Iseno**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 207

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 124. São isentos do pagamento do imposto:

- I. Os aposentados possuidores de um único imóvel no município, que percebam renda mensal inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais);
- II. As entidades beneficentes declaradas de utilidade pública, por meio de Lei Municipal.

Parágrafo nico – Os pensionistas que se enquadrarem nos requisitos do inciso I, também farão "jus"  iseno.

Art. 125. As isenes serão solicitadas em requerimento instruido, com as provas de cumprimento das exigências para a sua concessão, que deve ser apresentado até o final do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

Parágrafo nico - A documentao apresentada com o primeiro pedido de iseno, poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovao da iseno referir-se àquela documentao.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “INTER-VIVOS”, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS  SUA AQUISIO**

##### **Seo I**

##### **Do Fato Gerador e do Contribuinte**

Art. 126. O Imposto sobre Transmissão “Inter-Vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acesso física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos  sua aquisio, tem como fato gerador:

- I. a transmissão de bem imóvel por natureza ou por acesso física;
- II. a transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III. a cessão de direitos relativos à aquisio de bens imóveis.

Art. 127. O fato gerador do imposto será tomado como ocorrido neste Município, quando relacionado com os imóveis situados no seu território.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 208

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 128. O imposto incidirá especificamente sobre:

- I. a compra e venda, pura e condicional, e atos equivalentes;
- II. a dação em pagamento;
- III. a permuta;
- IV. o mandato em causa própria, ou com poderes equivalentes, para a transmissão de bem imóvel e respectivo subestabelecimento, ressalvado o caso de o mandatrio receber a escritura definitiva do imóvel;
- V. a arrematação, a adjudicação e a remição;
- VI. as divisoes de patrimnio comum ou partilha, quando for atribuído a um dos cônjuges, separado ou divorciado, valor de bens imóveis acima da respectiva meação;
- VII. as divisoes para extinção de condomínio de bem imóvel, quando for recebida por qualquer condmino quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;
- VIII. o usufruto, a enfiteuse e a subenfiteuse;
- IX. as rendas expressamente constituídas sobre bem imóvel;
- X. a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- XI. a cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda e de promessa de cessão;
- XII. a cessão de direitos de concessão real do uso;
- XIII. a cessão de direitos a usucapião;
- XIV. a cessão de direitos a usufruto;
- XV. a cessão de direitos  sucessão;
- XVI. a cessão de benfeitorias e construoes em terreno compromissado  venda ou alheio;
- XVII. a acesso física quando houver pagamento de indenização;
- XVIII. a cessão de direitos possessórios;
- XIX. a promessa de transmissão de propriedade, através de compromisso devidamente quitado;
- XX. a constituio de rendas sobre bens imóveis;
- XXI. incorporao ao patrimnio de pessoa jurídica ressalvados os casos previstos nos incisos I e II do artigo 131;
- XXII. transferência do patrimnio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 209

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

XXIII. instituio de fideicomisso;

XXIV. qualquer ato judicial ou extrajudicial “Inter-Vivos”, não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imoveis por natureza ou acesso física, ou de direitos reais sobre imoveis, exceto os de garantia;

XXV. cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

 1o- Será devido novo imposto:

I. quando o vendedor exercer o direito de prelao;

II. no pacto de melhor comprador;

III. na retrocesso;

IV. na retrovenda;

V. quando as partes resolverem a retratao do contrato que já houver sido celebrado.

 2o- Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I. a permuta de bens imoveis por bens e direitos de outra natureza;

II. a permuta de bens imoveis por outros quaisquer bens situados fora do território do Município;

III. a transao em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imovel ou de direitos a ele relativos.

Art. 129. O contribuinte do imposto é o adquirente ou cessionário de bem imovel ou do direito a ele relativo.

Art. 130. São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto devido:

I. o transmitente e o cedente nas transmissoes que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido;

II. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, desde que o ato de transmissão tenha sido praticado por eles ou perante eles.

## **Seo II Da Não Incidência**

Art. 131. O imposto não incide sobre a transmissão de bens imoveis ou direitos a eles relativos quando:



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 210

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

I. efetuada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

II. decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º- O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2º- Considera-se caracterizada a atividade preponderante, referida no parágrafo anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 02 (dois) anos anteriores e nos 02 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º- Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição ou menos de 02 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida nos parágrafos anteriores, levando-se em conta os 03 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 4º- Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do bem imóvel ou dos direitos sobre ele.

§ 5º- Não se considera preponderante a atividade para os efeitos do parágrafo segundo deste artigo, quando a transmissão de bens ou direitos for realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

### **Seção III Das Isenções**

Art. 132. São isentos do imposto:

I. a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da nua-propriedade;

II. a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

III.a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;

IV.a transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 211

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

### Seção IV

#### Da Base de Cculo e da Alíquota

Art. 133. A base de cáculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal do imóvel, se este for maior, constante da Planta Genérica de Valores, devidamente atualizado.

 1- Não serão abatidas da base de cáculo, quaisquer dvidas que onerem o imóvel transmitido.

 2- Nas cessões de direitos  aquisição, será deduzido da base de cáculo o valor ainda não pago pelo cedente.

Art. 134. Nas situações abaixo, serão adotadas as seguintes bases de cáculo:

- I. na arrematação, na adjudicação e na remição de bens imóveis, a base de cáculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior;
- II. nos casos de divisão do patrimnio comum, partilha ou extinção de condomínio, a base de cáculo será o valor da fração ideal superior  meação ou  parte ideal;
- III. nas tornas ou reposies, a base de cculo será o valor da fração ideal;
- IV. nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, usufruto, enfiteuse, subenfiteuse, fideicomisso e na cesso de seus direitos, e na acesso física, a base de cculo será o valor do negcio jurídico;
- V. o valor mínimo fixado para as transmisses referidas no inciso anterior  o seguinte:
  - a) nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cculo será o valor do negcio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal, se maior;
  - b) no usufruto e na cesso de seus direitos, a base de cculo será o valor do negcio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal, se maior;
  - c) na enfiteuse e subenfiteuse, a base de cculo será o valor do negcio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal, se maior;
  - d) no caso de acesso física, será o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 212

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

- e) na concessão de direito real de uso, a base de cáculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal, se maior;
- f) na instituio de fideicomisso, a base cáculo será o valor do negócio jurídico, ou 70% (setenta por cento) do valor venal ou do direito transmitido, se maior.

 1- Quando a fixao do valor do bem imóvel ou direito transmitido tiver por base o valor da terra-nua, estabelecido pelo órgão federal competente, poderá o Município atualizá-lo, além de acrescentar o valor das edificaoes e demais benfeitorias.

 2- A impugnao do valor fixado, como base cáculo do imposto, será endereçada  repartiuo municipal que efetuar o cáculo, acompanhada de laudo técnico de avaliao devidamente fundamentada.

Art. 135. Para o cáculo do imposto serão aplicadas as seguintes alíquotas:

I – nas transmissoes compreendidas no Sistema Financeiro de Habitao, em relao a parcela financiada: 0,5% (meio por cento);

II – nas demais transmissoes e na parte não financiada 4% (quatro por cento).

### **Seo V**

#### **Das Formas e Prazos de Pagamento**

Art. 136. O imposto será pago antes do ato da lavratura do instrumento de transmissão dos bens imóveis e direitos a eles relativos, exclusivamente através de autorizao prévia da Administrao Municipal.

Parágrafo nico - Recolhido o imposto, os atos ou contratos correspondentes deverão ser efetivados no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de caducidade do documento de arrecadao.

Art. 137. Na arrematao, adjudicao ou remio, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias daqueles atos, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que esta não seja extraída.

Art. 138. Nas transmissoes decorrentes de termo e de sentença judicial, o imposto será recolhido 30 (trinta) dias após a data da assinatura do termo ou do trânsito em julgado da sentença.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. n 213

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 139. Ao transferir o imóvel  pessoa jurídica, ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, o pagamento do imposto será efetuado dentro de 30 (trinta) dias contados da data da assemblea ou da escritura, em que tiver lugar aqueles atos, ou no ato da lavratura da escritura, no caso desta ocorrer antes de 30 (trinta) dias.

Art. 140. Na acesso física, o recolhimento do imposto será efetuado até a data do pagamento da indenizao.

Art. 141. Nas tornas ou reposioes e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

Art. 142. Nas promessas ou compromissos de compra e venda, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do bem imóvel.

 1- Optando-se pela antecipao a que se refere este artigo, tomar-se- por base o valor do bem imóvel na data em que for efetuada a antecipao, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor verificado no momento da escritura definitiva.

 2- Verificada a reduao do valor, não se restituir a diferença do imposto correspondente.

Art. 143. O imposto, uma vez pago, s será restituído quando:

- I. indevidamente recolhido;
- II. da anulao de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;
- III. da nulidade do ato jurídico;
- IV. da rescisão de contrato e desfazimento da arrematao, com fundamento no Código Civil.

Art. 144. O imposto, uma vez pago, não será restituído quando:

- I. houver subsequente cessão da promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura;
- II. houver um pacto de retrovenda ou de retrocesso.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 214

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

### **Seção VI**

#### **Das Obrigações Acessrias**

Art. 145. Os serventurios de justia não praticaro quaisquer atos atinentes a seu ofcio, nos instrumentos pblicos ou particulares relacionados com a transmisso de bens imveis ou de direitos a eles relativos, sem a prova do pagamento do imposto.

Pargrafo nico - Em qualquer caso de incidncia ser o conhecimento obrigatoriamente transcrito na escritura ou documento.

Art. 146. Os serventurios de justia esto obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização municipal, o exame, em cartrio, dos livros, autos e papis que interessem  arrecadação do imposto.

Art. 147. Os tabelies esto obrigados a comunicar todos os atos transladativos de domnio imobilirio, identificando-se o objeto da transação, nome das partes e demais elementos necessrios ao cadastro imobilirio municipal, efetuados em um ms, at o dia dez do ms subsequente.

Art. 148. Havendo a inobservncia do constante dos artigos 145, 146 e 147, sero penalizados de acordo com a legislação aplicvel.

### **Seção VII**

#### **Das Disposies Gerais**

Art. 149. Os modelos de formulrios e outros documentos necessrios  fiscalização e ao pagamento do imposto sero regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 150. Sempre que sejam omissos ou no meream f as declaraes ou os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo, ou pelo terceiro legalmente obrigado, mediante processo regular, a Administração Pblica poder arbitrar o valor referido no artigo 133.

Pargrafo nico - No caber arbitramento, se o valor venal do bem imvel constar de avaliação contraditria administrativa ou judicial.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 215

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

Art. 151. Os Valores venais mencionados no artigo 133 deverá ser fornecidos aos Cartórios de Registro Imobiliário da Comarca, pelos adquirentes, através da apresentao do carnê de IPTU do exercício da alienao, ou através de certidão expedida por repartio competente da Fazenda Pública.

### **CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

#### **Seo I Do Fato Gerador e do Contribuinte**

Art. 152. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestao, por empresa ou profissional autnomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante na seguinte lista:

<b>CD.</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>ALÍQ.</b>	<b>VALOR ANUAL</b>
01-00	Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, tomografia e congneres.	5%	R\$ 124,10
02-00	Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperao e congneres.	5%	R\$ 124,10
03-00	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, smen e congneres	2%	R\$ 124,10
04-00	Enfermeiros, obstetras, estticos, ortpticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária) e congneres.	5%	R\$ 124,10
05-00	Assistência médica e congneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados.	5%	
06-00	Planos de saúde e congneres, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela	5%	



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 216

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

	empresa ou apenas pago por esta, mediante a indica do beneficiário do plano.		
07-00	Médicos veterinários.	5%	R\$ 124,10
08-00	Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congneres.	5%	R\$ 124,10
09-00	Guarda, tratamento, adestramento, adestramento, embelezamento, alojamento de animais e congneres.	5%	R\$ 19,86
10-00	Barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depila e congneres.	3%	R\$ 24,82
11-00	Banhos, ducha, sauna, massagens, ginásticas e congneres.	5%	R\$ 49,64
12-00	Varri e coleta, remo e incinera de lixo e congneres.	5%	
13-00	Limpeza e dragagem de portos, rios e canais e congneres.	5%	
14-00	Limpeza, manuten e conserva de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins e congneres.	5%	R\$ 24,82
15-00	Desinfec, imuniza, higieniza, desratiza e congneres.	5%	R\$ 24,82
16-00	Controle e tratamento de efluentes de quaisquer natureza e de agentes físicos e biológicos e congneres.	5%	
17-00	Incinera de resíduos Quaisquer.	5%	
18-00	Limpeza de Chaminés	5%	
19-00	Saneamento ambiental e congneres.	5%	
20-00	Assistência técnica e congneres.	5%	R\$ 199,28
21-00	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Lista. Organiza, programa, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa e congneres (inclusive os serviços prestados por instituies financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	5%	
22-00	Planejamento, coordena, programa ou	5%	R\$ 74,46



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 217

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

	organizao técnica, financeira ou administrativa e congneres.		
23-00	Análises e congneres, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de Qualquer natureza.	5%	
24-00	Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congneres.	5%	R\$ 74,46
25-00	Perícias, laudos, exames técnicos, análises técnicas e congneres.	5%	R\$ 74,46
26-00	Traduções, interpretações e congneres.	5%	R\$ 24,92
27-00	Avaliação de bens e congneres.	5%	R\$ 49,64
28-00	Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congneres.	5%	R\$ 19,86
29-00	Projetos, cálculos, desenhos técnicos e outras prestações congneres de qualquer natureza.	5%	R\$ 74,46
30-00	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento, topografia e congneres.	3%	
31-00	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectivas engenharia consultiva, inclusive servios auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de servios, fora do local da prestação dos servios, que fica sujeito ao ICMS).	5%	R\$ 74,46
32-00	Demolição.	3%	R\$ 74,46
33-00	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de servios, fora do local da prestação dos servios, que fica sujeito ao ICMS).	5%	R\$ 74,46
34-00	Pesquisa, perfuração, cimento, perfilagem, estimulação e outros servios relacionados com a exploração e explotação de petróleo e gás natural.	3%	
35-00	Florestamento, reflorestamento e congneres	5%	
36-00	Escoramento e contenção de encostas e servios	3%	



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 218

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

	congneres.		
37-00	Paisagismo, jardinagem, decorao e congneres (exceto o fornecimento de mercadorias que fica sujeita ao ICMS).	3%	R\$ 24,82
38-00	Raspagem, calafetao, polimento, lustrao de pisos, paredes, divisórias e congneres.	3%	R\$ 24,82
39-00	Ensino, instruo, treinamento, avaliao de conhecimentos, de Qualquer grau ou natureza e congneres.	5%	R\$ 74,46
40-00	Planejamento, organizao e administrao de feiras, exposioes, congressos e congneres.	5%	R\$ 124,10
41-00	Organizao de festas, recepoes: "buffet" e congneres (exceto o fornecimento de mercadorias que fica sujeita ao ICMS).	5%	
42-00	Administrao de bens e negócios de terceiros, de consórcio e congneres.	5%	
43-00	Administrao de fundos mútuos.	5%	
44-00	Agenciamento, corretagem ou intermediao de câmbio, de Seguros, de planos da previdncia privada e congneres.	5%	
45-00	Agenciamento, corretagem ou intermediao de títulos quaisquer e congneres.	5%	
46-00	Agenciamento, corretagem ou intermediao de direitos da propriedade industrial, artística, literária e congneres.	5%	
47-00	Agenciamento, corretagem ou intermediao de contratos de franquia (franchise) e de faturao (factoring).	5%	
48-00	Agenciamento, organizao, promoo e execuo de programas de turismo, passeios, excursoes, guias de turismo e congneres.	5%	
49-00	Agenciamento, corretagem ou intermediao de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 44, 45, 46 e 47.	5%	
50-00	Despachantes.	5%	R\$ 99,28
51-00	Agentes da propriedade industrial.	5%	
52-00	Agentes da propriedade artística ou literária.	5%	



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 219

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

53-00	Leilão.	5%	R\$ 124,10
54-00	Regulao de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeo e avaliao de riscos para cobertura de contratos de seguros; preveno e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio Segurado ou companhia de seguro.	5%	
55-00	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumao, guarda de bens de qualquer espécie e congneres.	5%	R\$ 124,10
56-00	Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres e congneres.	5%	
57-00	Vigilância ou segurança de pessoas e bens.	3%	R\$ 124,10
58-00	Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens, valores e congneres, dentro do território do município.	5%	R\$ 74,46
59-00	Diversões públicas:	10%	
	Bailes.	10%	
	Bilhar, pebolim e similares.	10%	
	Boliche, corridas de animais e outros jogos.	10%	
	Cinemas, "táxi - dancings" e congneres.	10%	
	Competio esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participao do espectador, inclusive a venda de direitos  transmissão pelo rádio ou pela televisão.	10%	
	Execuo de música, individualmente ou por conjuntos.	10%	
	Exposioes, com cobrança de ingresso.	10%	
	Fliperamas incluindo locao de máquinas eletrnicas para diversão pública.	10%	
	Jquei.	10%	
	Shows, festivais, recitais e congneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos, para tanto, pela televisão ou pelo rádio.	10%	
60-00	Distribuio e venda de bilhete de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prmios e	5%	R\$ 49,64



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 220

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

	congneres.		
61-00	Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão).	5%	
62-00	Gravao e distribuio de filmes, videoteipes e congneres.	5%	
63-00	Fonografia ou gravao de sons ou ruidos, inclusive trucagem, dublagem, mixagem sonora e congneres	5%	
64-00	Fotografia e cinematografia, inclusive revelao, ampliao, cópia, reproduo, trucagem e congneres.	5%	
65-00	Produo, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congneres.	5%	R\$ 49,64
66-00	Colocao de tapetes, cortinas e congneres, com material fornecido pelo usuário final do serviço.	5%	R\$ 19,86
67-00	Lubrificao, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos e congneres.	5%	R\$ 19,86
68-00	Conserto, restaurao, manuteno e conservao de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer outro objeto (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS).	5%	R\$ 19,86
69-00	Recondicionamento de motores e congneres (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS).	5%	R\$ 19,86
70-00	Recauchutagem ou regenerao de pneus para o usuário final.	5%	R\$ 19,86
71-00	Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodizao, corte, recorte, polimento, plastificao e congneres, de objetos não destinados à industrializao ou comercializao.	5%	R\$ 19,86
72-00	Lustrao de quaisquer bens móveis, quando o	5%	R\$ 19,86



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 221

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

	serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado.		
73-00	Instalao e montagem de aparelhos, máquinas, equipamentos e congneres, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.	5%	R\$ 19,86
74-00	Montagem industrial e congneres, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.	5%	
75-00	Cópia ou reproduo e congneres, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas e desenhos.	5%	
76-00	Composio gráfica, fotocomposio, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia e congneres.	5%	
77-00	Colocao de molduras e afins, encadernao, gravao e dourao de livros, revistas e congneres.	5%	R\$ 24,82
78-00	Locao de bens móveis, arrendamento mercantil e congneres.	5%	
79-00	Funerais.	5%	
80-00	Alfaiataria, costura e congneres, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5%	R\$ 19,86
81-00	Tinturaria, lavanderia e congneres.	5%	R\$ 19,86
82-00	Taxidermia.	5%	R\$ 19,86
83-00	Recrutamento, agenciamento, seleo, colocao, fornecimento de mão-de-obra e congneres, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador de serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.	5%	R\$ 19,86
84-00	Propaganda, publicidade, promoo de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade e congneres, inclusive elaborao de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reproduo ou fabricao).	5%	
85-00	Veiculao e divulgao de textos, desenhos, materiais de publicidade e congneres, por	5%	



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 222

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

	qualquer meio (exceto em jornais periódicos, rádios e televisão).		
86-00	Serviços portuários e aeroportuários; utilizao de porto ou aeroporto, atraco; capatazia; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços acessórios; movimento de mercadoria fora do cais e Congneres.	5%	
87-00	Advogados.	5%	R\$ 124,10
88-00	Engenheiros, arquitetos, urbanistas e agrnomos e congneres.	5%	R\$ 99,28
89-00	Dentistas.	5%	R\$ 99,28
90-00	Economistas.	5%	R\$ 74,46
91-00	Psicólogo e Terapeuta ocupacional.	5%	R\$ 74,46
92-00	Assistentes Sociais.	5%	R\$ 74,46
93-00	Relaoes Públicas.	5%	R\$ 74,46
94-00	Cobranças, recebimentos e congneres, por conta de Terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustao de protestos, devoluo de títulos não pagos, manuteno de títulos vencidos, fornecimentos de posio de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituioes autorizadas a funcionar pelo Banco Central).	10%	R\$ 124,10
95-00	Instituioes financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central; fornecimento de talões de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devoluo de cheques; sustao de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovao de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrnicos; pagamentos por conta de Terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaborao de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de 2 (segunda) via de avisos de lançamento de extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido	10%	



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 223

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

	o ressarcimento, às instituies financeiras, de gastos com portes do correio, telegramas, telex, teleprocessamento e outros, necessários  prestação dos serviços).		
96-00	Transporte de natureza estritamente municipal.	5%	R\$ 24,82
97-00	Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).	5%	
98-00	Distribuição e atividades congneres, de bens de terceiros em representação de Qualquer natureza.	5%	R\$ 124,10
99-00	Exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	

 1- Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho estritamente pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas, conforme consta na tabela supra.

 2- O enquadramento será feito no ato da inscrição ou da alteração do ramo de atividade, após levantamento e análises realizadas pelo fisco municipal, de acordo com regulamentação por decreto.

 3- Os serviços incluídos na Lista de serviços ficam sujeitos ao imposto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias.

Art. 153. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza incidirá sobre o preço de serviços faturados de forma variável, presumida ou arbitrados.

Pargrafonico - Na prestação do serviço a que se refere o item 99 da Lista Anexa, o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente  proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território deste Município, ou da metade da extensão de ponte que o una a outro Município.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 224

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 154. O contribuinte do imposto é o prestador do serviço especificado na Lista constante do artigo 152.

Parágrafo nico - Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 155. Considera-se local da prestação do serviço, para a determinação da competência do Município:

- a) o do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;
- b) no caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação;
- c) no caso do serviço a que se refere o item 99 da Lista Anexa, a parcela da estrada explorada no Município.

Art. 156. Entende-se por estabelecimento prestador, o utilizado, de alguma forma, para a prestação do serviço, sendo irrelevante a sua denominação ou a sua categoria, bem como a circunstância de o serviço ser prestado, habitual ou eventualmente, em outro local.

1 - A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugo parcial ou total dos seguintes elementos:

I. manutenção de pessoal, materiais, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários  execução do serviço;

II. estrutura organizacional ou administrativa;

III. inscrição nos órgãos previdenciários;

IV. indicação, como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais ou municipais;

V. econmica de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos e formulários, locação do imóvel, propaganda ou publicidade e fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou do seu representante.

2 - Havendo habitualidade na atividade do prestador de serviço, nos limtrophes municipais, poderá ser exigida a inscrição municipal, a critério da Fazenda Pública Municipal.

Art. 157. A incidência do imposto independe:

- I. da existência de estabelecimento fixo;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 225

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

- II. do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação do serviço;
- III. do recebimento do preço ou do resultado econmico da prestação de serviços.

### **Seção II**

#### **Da Base de Cculo e da Alíquota**

Art. 158. A base de cáculo do imposto é o preço do serviço.

 1- Para os efeitos deste imposto, considera-se preço do serviço, o valor da receita bruta total, auferida pelo contribuinte sem dedução de qualquer parcela, mesmo referente ao frete, carreto ou imposto, exceto no caso dos itens 31-00, 32-00 e 33-00 da lista de serviços, nos quais serão deduzidas as parcelas correspondentes ao valor das sub-empregadas, quando já tributadas pelo imposto.

 2- Para os efeitos deste imposto, considera-se preço do serviço, o valor total das construções, obtidos através de tabela a ser regulamentada por decreto, quando superior ao valor declarado pelo proprietário ou responsável, que não possuir as notas fiscais de prestação de serviço de toda a obra.

 3 A base de cáculo do item 99 da lista de serviços:

I –  reduzida quando não houver posto de cobrança de pedágio no município, para sessenta por cento de seu valor;

II – , acrescida, quando houver posto de cobrança de pedágio no município, do complemento necessário  sua integridade em relação à rodovia explorada.

Art. 159. Aplicam-se,  base de cáculo do imposto, as alíquotas dispostas na Lista de Serviços, constante no artigo 152.

### **Seção III**

#### **Da Inscrição**

Art. 160. O contribuinte deve promover sua inscrição no Cadastro Fiscal de Prestadores de Serviços antes do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessários para a correta fiscalização do



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 226

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

tributo, nos formulários oficiais próprios, conforme disciplinado em regulamento.

 1 - Para cada estabelecimento prestador de serviços haverá inscrição distinta.

 2 - A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

 3 - A concesso da inscrição fica condicionada ao atendimento das exigências a serem disciplinadas por decreto, para o exercício de cada atividade.

Art. 161. As pessoas físicas deverão entregar cópia da cédula de identidade (RG), CPF e comprovante de endereço, no ato da inscrição, enquanto que as pessoas jurídicas deverão entregar cópia do CNPJ, Contrato Social ou declaração de firma individual e comprovante de endereço, no ato da inscrição.

Art. 162. Os prestadores de serviço sujeitos ao imposto, de conformidade com os itens 31-00, 32-00 e 33-00 da lista de serviços, previstos no artigo 152, deverão proceder a escrituração nos livros, por obra a ser administrada, empreitada ou sub-empreitada.

Art. 163. Os contribuintes a que se refere o artigo 152 deverão atualizar os dados no Serviço de Cadastro Fiscal do ISSQN, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência.

Art. 164. O contribuinte deve comunicar  reparto fiscal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data de sua ocorrência, a cesso de atividades, a fim de obter baixa de sua inscrição, a qual será concedida após a verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município.

Art. 165. A emissão de nota fiscal de serviços ou recibo profissional de autnomo (RPA), assim como a utilização de livros, formulários ou outros documentos necessários ao registro, controle e fiscalização dos serviços ou atividades tributáveis, para o registro das operações sujeitas ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, são obrigatórios a todos os prestadores de serviço, observado o disposto no artigo 152 e seus parágrafos.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 227

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

 1- O disposto no “caput” deste artigo será aplicado aos demais sujeitos passivos ou responsáveis solidários, sempre que tal exigência se fizer necessária pela Fazenda Pública Municipal, em razão da peculiaridade da prestao de serviços.

 2- Os livros e documentos fiscais previstos em regulamento somente poderão ser confeccionados e/ou utilizados, após prévia autorizao por escrito da administrao, por intermédio da repartio competente.

 3- A confeco e/ou utilizao de livros e documentos fiscais, sem a autorizao prevista no parágrafo anterior, sujeita tanto o contribuinte quanto o estabelecimento, que proceder a confeco, a penalidades cabíveis.

 4- O contribuinte responde solidariamente pelas penalidades aplicadas, quando o estabelecimento que proceder a confeco for situado fora do território do Município.

 5- Cada estabelecimento do mesmo sujeito passivo é considerado autnomo para o efeito exclusivo de manuteno de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, acréscimos de multas e juros, referentes a qualquer deles.

É 6- No caso dos itens 31-00, 32-00 e 33-00 da Lista de serviços do artigo 152, as notas fiscais deverão trazer a expressão: prestao de serviços.

 7- Os prestadores de serviços autnomos, a critério da Fazenda Pública Municipal, poderão ser obrigados  utilizao dos livros fiscais.

 8- Todos os contribuintes enquadrados no regime mensal de apurao do ISSQN, inclusive regime especial, bem como os tomadores de serviço, prestarão, periodicamente, a Fazenda Pública Municipal, informaçoes referentes às suas atividades e demais dados, conforme disciplinado em regulamento.

### **Seo IV Do Lançamento**

Art. 166. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza deve ser calculado pelo próprio contribuinte, mensalmente, exceto quando enquadrado pelo Fisco Municipal no regime de alíquota fixa prevista no artigo 152,  1 e  2.

Parágrafo nico - Nos casos de diversoes públicas, previstos no item 59 da Lista de Serviços do artigo 152, se o prestador do serviço tiver



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 228

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

estabelecimento fixo e não permanente no Município, o imposto será calculado diariamente.

Art. 167. Os lançamentos de ofício serão comunicados ao contribuinte, no seu domicílio tributário ou no local do fato gerador do ISSQN, acompanhados do auto de infração e imposição de multa, quando necessário.

Pargrafonico - Não sendo encontrado ou havendo recusa do contribuinte, será considerado notificado, por intermédio de edital publicado em jornal de circulação no Município.

Art. 168. Quando o contribuinte quiser comprovar, com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econmico, por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município, deve fazer a comprovação no mesmo prazo estabelecido por este Código, para o recolhimento mensal do imposto.

Art. 169. O prazo para o início dos procedimentos de fiscalização e homologação do cálculo do contribuinte enquadrados no regime mensal ou especial,  de 5 (cinco) anos, contados da data da ocorrência do fato gerador, salvo se comprovada a existência de dolo, fraude ou simulação do contribuinte.

Art. 170. Os contribuintes que exercerem prestação de serviços, em diversos locais, tero lançamentos distintos, um para cada estabelecimento, inclusive os profissionais liberais.

Art. 171. Os prestadores de serviço sujeitos ao imposto, de conformidade com os itens 31-00, 32-00 e 33-00 do artigo 152, deverão recolher de forma mensal o imposto conforme disposto no artigo 158.

Pargrafonico - O lançamento será obrigatoriamente revisto por ocasião do término da administração, empreitada ou subempreitada, para acerto de diferença, se houver.

### **Subseção I Do Levantamento Fiscal**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 229

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 172. A Administração Tributária poderá efetuar levantamento econmico para apuração do real movimento tributável, realizado pelo estabelecimento, em determinado período.

 1- No levantamento fiscal, poderão ser usados quaisquer meios indiciários, bem como coeficientes médios de lucro bruto, preço unitário, movimento de mercadorias utilizadas na execução dos serviços, encargos diversos, lucro bruto, bem como outros elementos informativos.

 2- Os levantamentos fiscais poderão ser refeitos quando a Administração Tributária dispuser de novos elementos para o seu refazimento.

### **Subseção II Da Estimativa**

Art. 173. Quando o volume, natureza ou modalidade da prestação de serviços aconselhar tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser fixado por estimativa, a critério da Fazenda Pública Municipal, por período indeterminado, observadas as seguintes normas, baseadas em:

- I. informações fornecidas pelo contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos dergos públicos e entidades de classe diretamente vinculados à atividade;
- II. valor médio dos serviços prestados;
- III. total de horas trabalhadas multiplicadas pelo número de trabalhadores;
- IV. total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;
- V. faturamento médio mensal de estabelecimentos de mesmo porte e atividade;
- VI. outros meios que, a critério da Fazenda Pública Municipal, se fizerem necessários.

 1- O montante do imposto assim estimado será parcelado para recolhimento em prestações mensais.

 2- O valor da parcela mensal, a recolher, será fixada, a critério da Administração Tributária, para um período de até 12 (doze) meses.

 3- Findo o período, fixado pela Administração Tributária, para o qual se fez a estimativa, será prorrogado por igual período, sucessivamente, caso não haja manifestação da autoridade competente.

 4- Deixando de ser aplicado o regime de apuração do imposto por estimativa, por qualquer motivo ou a qualquer tempo, será apurado



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 230

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

através de um formulário especial, o preço real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo no período considerado, com base nos documentos e informações que a Administração Tributária julgar necessários.

§ 5º- Verificada qualquer diferença entre o montante recolhido e o apurado, será ela:

- a) se favorável ao fisco, recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, pela repartição competente;
- b) se favorável ao contribuinte, restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, ou compensada.

§ 6º- O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa, a critério da Fazenda Pública Municipal, poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividades.

§ 7º- O lançamento procedido por estimativa, não dispensa o contribuinte de emissão de documentos fiscais e respectiva escrituração.

§ 8º- A aplicação do regime de estimativa poderá ser suspensa, a qualquer tempo, mesmo não tendo findado o exercício ou período, a critério da Administração Tributária, seja de modo geral, individual ou quanto a qualquer categoria de estabelecimento, ou por grupos de atividades.

§ 9º- A autoridade fiscal poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão.

§ 10 - Os demais procedimentos referentes ao regime especial serão disciplinados por decreto.

Art. 174. Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Fazenda Pública Municipal notificá-lo-á do “quantum” do tributo fixado, do prazo e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

Art. 175. Os contribuintes enquadrados nesse regime serão comunicados, ficando-lhes reservado o direito de reclamação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da comunicação.

### **Subseção III Do Arbitramento**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. n 231

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 176. Nos seguintes casos, o valor das operaes, o lançamento e a cobrança de tributos poderão ser arbitrados pela autoridade fiscal, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

- I. quando se apurar fraude, sonegao ou omissão, ou se o contribuinte embarçar o exame de livro ou documentos necessários ao lançamento e  fiscalizao do tributo, ou se não estiver inscrito no cadastro fiscal;
- II. quando o contribuinte não apresentar a guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza no prazo legal;
- III. quando o contribuinte não possuir os livros, documentos, talonários de notas fiscais e formulários a que se refere o artigo 165;
- IV. quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo, quando for difícil a apurao do preço, ou quando a prestao do serviço tiver caráter transitório ou instável;
- V. quando não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exibir, os elementos necessários  fiscalizao das operaes realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilizao de livros ou documentos fiscais;
- VI. quando não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalizao, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam f, por serem inverossímeis ou falsos;
- VII. quando do exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito norgo competente;
- VIII. quando os serviços forem prestados sem a determinao do preço ou a título de cortesia.

 1- Para o arbitramento do preço do serviço serão considerados, entre outros elementos ou indícios, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, o valor dos serviços prestados

cobrado pelos concorrentes, a remunerao dos sócios, o número de empregados e seus salários.

 2- Nos casos de arbitramento de preço para os contribuintes a que se refere o artigo 148, pargrafonico, itens I, II, III, IV e V, a soma dos preços, em cada mês, não poderá ser inferior à soma dos valores das seguintes parcelas referentes ao mês considerado:

1. valor das matérias - primas, combustíveis e outros materiais consumidos;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 232

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

2. total dos salários pagos;
3. total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;
4. total das despesas de água, energia elétrica e telefone;
5. aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

 3- O arbitramento referir-se-, exclusivamente, aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

 4- Nas hipóteses previstas neste artigo, o arbitramento será fixado por despacho da autoridade fiscal competente, que considerar, conforme o caso:

1. os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;
2. peculiaridades inerentes à atividade exercida;
3. fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econmico-financeira do sujeito passivo;
4. preço corrente dos serviços oferecidos  época a que se referir a apuração;
5. na hipótese do inciso VII, realizado o arbitramento, será utilizada inscrição de ofício definida em ato da Fiscalização Tributária;
6. do imposto resultante do arbitramento, serão deduzidos os pagamentos realizados no período;
7. o arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multa pecuniária sobre o débito de imposto que venha a ser apurado, nem da penalidade por descumprimento da obrigação acessória que lhe sirva de pressuposto.

### **Seção V**

#### **Das Formas e Prazos de Pagamento**

Art. 177. Fica estabelecida a obrigatoriedade a toda pessoa jurídica, estabelecida no Município, que realizar o pagamento por serviços que lhe forem prestados, de reter na fonte, a título de ISSQN, o montante devido sobre o respectivo valor do serviço, respeitada a legislação vigente, devendo, neste caso, proceder seu



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. n 233

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

recolhimento até o dia 15 (quinze) do mês subsequente. A falta de retenção implica em responsabilidade solidária da tomadora dos serviços.

 1- A retenção não se aplica aquele prestador de serviços já inscrito na Prefeitura Municipal como contribuinte do ISSQN, devendo, neste caso, a empresa exigir a comprovação e identific-la no recibo.

 2- A não retenção implica em responsabilidade pelo crédito tributário correspondente, e sujeição às mesmas penalidades impostas ao contribuinte.

 3- O não recolhimento do imposto devido no prazo previsto, embora retido o valor, implica em penalidades.

 4- A pessoa jurídica deverá informar mensalmente ao Fisco Municipal, através de Declaração a ser regulamentada, as informaoes referentes aos serviços contratados e ao imposto retido na fonte.

Art. 178. Nos casos de lançamento por homologação, o imposto será recolhido mensalmente, aos cofres da Prefeitura Municipal, mediante o preenchimento de guias de recolhimento, independentemente do prévio exame da autoridade administrativa, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

 1- Nos casos que o prestador de serviço tiver estabelecimento fixo e não permanente no Município, o imposto, sobre as operaoes do dia, será recolhido até o dia seguinte, ao término da prestação do serviço.

 2-  obrigatória a declaração das operaoes tributáveis ou sua ausência, mesmo que o tributo seja excluído por isenção, não a elidindo, tmbm, o fato de não haver tributo a recolher.

 3- Nos casos dos itens 31-00, 32-00 e 33-00 da lista de serviços, quando o imposto (ISSQN) for devido pelo proprietário da obra, o recolhimento deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias após o lançamento arbitrado.

Art. 179. Nos casos dos autnomos, assim enquadrados, conforme disposto no  1 do artigo 152, o valor anual do imposto será o constante da Lista de Serviços, constante no artigo 152, recolhido pelo contribuinte em 10 (dez) parcelas mensais consecutivas vencíveis, nos dias 15 (quinze) de cada mês, a partir do mês de março do ano do lançamento.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 234

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 180. O prazo, a que se refere o artigo 166, para o recolhimento da parcela mensal estimada, será até o dia 15 (quinze) do mês subseqüente ao da ocorrência do fato gerador.

Art. 181. As diferenças de imposto apuradas em levantamento fiscal, constarão de auto de infração e serão recolhidas dentro do prazo de trinta (30) dias contínuos, contados da data do recebimento da respectiva notificação, ou da publicação do ato em jornal de circulação no município, sem prejuzo das penalidades cabíveis.

### **Seção VI Da Responsabilidade**

Art. 182. São solidariamente responsáveis, conjuntamente, com o contratante e o empreiteiro da obra, o proprietário do bem imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título, em relação aos serviços que lhe forem prestados, quanto aos serviços previstos nos itens 31-00, 32-00 e 33-00 do artigo 152, realizados sem a documentação fiscal correspondente e sem a prova de pagamento do imposto.

Parágrafo nico - Os tomadores de serviços que se enquadrarem no disposto no artigo 177, também são responsáveis solidários pelo imposto devido pelo prestador.

### **Seção VII Da Isenção**

Art. 183. Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), as construções residenciais com área construída de até 70 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados), desde que destinada ao uso próprio.

Parágrafo nico - O benefício s será concedido uma única vez, desde que o interessado comprove não possuir outro imóvel e cuja renda familiar não exceda a R\$ 300,00 (trezentos reais).

## **TÍTULO III DAS TAXAS**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 235

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

### **CAPÍTULO I DISPOSIOES GERAIS**

Art. 184. As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto  sua disposição.

Art. 185. A inscrição, o lançamento e aplicação de penalidades referentes às taxas reger-se-o pelas normas gerais, salvo se houver disposição especial em contrário.

Art. 186. A incidência da taxa e sua cobrança independem:

- I. da existência do estabelecimento fixo;
- II. do efetivo ou contínuo exercício da atividade para a qual tenha sido requerido o licenciamento;
- III. da expedição da autorização, desde que seja efetivo o exercício da atividade para a qual tenha sido aquela requerida;
- IV. do resultado financeiro da atividade exercida;
- V. do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar relativa ao exercício da atividade.

Art. 187. As taxas serão calculadas de conformidade com a presente lei.

Art. 188. As taxas classificam-se:

- I. pelo exercício regular do poder de polícia;
- II. pela utilização de serviço público.

### **CAPÍTULO II DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA**

#### **Seção I Do Fato Gerador e do Contribuinte**

Art. 189. As taxas de licença têm como fato gerador as atividades da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 236

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

liberdade, regula a prática de ato ou a absteno de fato, em razão de interesse público concernente à segurança,  higiene,  ordem, aos costumes,  localizao e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestao de serviços; do exercício de atividades dependentes de concessão ou autorizao do poder público  disciplina das construo es e do desenvolvimento urbanístico;  esttica da cidade,  tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

 1- Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

 2- O poder de polícia administrativa será exercido em relao a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos deste Código e da legislao vigente, de prévia licença da Prefeitura.

Art. 190. As taxas de licença serão devidas para:

- I. a Fiscalizao da localizao de estabelecimentos comerciais, industriais, civis e similares;
- II. a Fiscalizao de funcionamento em horário normal e especial;
- III. a Fiscalizao do exercício da atividade do comércio ambulante ou eventual;
- IV. a Fiscalizao da execuo de obras de construo civil e similares;
- V. a Fiscalizao da publicidade;
- VI. a Fiscalizao da licença para a ocupao e permanência em áreas, nas vias, logradouros e passeios públicos, subsolo e espaço aéreo, inclusive em mercados-livres e feiras-livres.
- VII. a Fiscalizao da higiene e saúde.

Art. 191. Os contribuintes das taxas de licença são Industriais, Comerciantes, Prestadores de Serviços e/ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que derem causa ao exercício de atividade ou  prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 189.

Parágrafo nico - Os projetos de implantao, instalao e passagem de equipamentos urbanos nas vias públicas, inclusive espaço aéreo e subsolo e nas obras de arte de domínio municipal, dependerão de prévia aprovao



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 237

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

da Secretaria de Obras e Serviços Municipais, antes da concessão da licença, obedecido o disposto em regulamento.

I. Consideram-se equipamentos urbanos todas as instalaoes de infra-estrutura urbana, tais como: abastecimento de água, serviço de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefnica, gás canalizado, oleoduto, televisão por cabo, e todos os outros de interesse público.

Art. 192. As alteraoes dos dados cadastrais, dos estabelecimentos ou das pessoas dos contribuintes, que alterem a inscrio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) e/ou que impliquem em nova classificao nas tabelas das taxas, têm constituem fato gerador do tributo.

Art. 193. Os contribuintes a que se refere o artigo 191 deverão comunicar o encerramento ou a alterao de dados cadastrais de suas atividades até 30 (trinta) dias após sua ocorrência.

 1- O contribuinte comunicará previamente à repartio fiscal a transferência e/ou alterao de atividade do estabelecimento ou a mudança de endereço.

 2- No caso de transferência de estabelecimento, o fato será comunicado, conjuntamente, pelo antecessor e pelo sucessor, em virtude do encerramento da inscrio, com seqüencial abertura de nova inscrio.

Art. 194. As taxas de licença são lançadas individualmente:

- I. de forma integral ou na razão de 1/12 (um doze avos) para cada um dos meses restantes do ano, a partir da data de início da atividade;
- II. para cada uma das atividades, quando o estabelecimento for de comércio, indústria ou concessionária de serviços públicos;
- III. pela rubrica mais elevada, quando as atividades do contribuinte resultar em mais de uma classificao nas Tabelas.

Parágrafo nico - A licença referida no "caput" deste artigo  intransferível e valerá apenas para o período do exercício em que for concedida.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 238

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

### Seção II

#### Da Base de Cculo e da Alíquota

Art. 195. A base de cáculo das taxas de polícia administrativa do Município é o custo estimado da atividade despendida com o exercício regular do poder de polícia.

Art. 196. O valor das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa, será calculado com base nas tabelas que acompanham cada espécie tributária a seguir, levando-se em conta os períodos, critérios e alíquotas nelas indicadas.

### Seção III

#### Da Inscrição

Art. 197. Os contribuintes inscrever-se-o na repartição fiscal, antes de iniciarem suas atividades.

 1 - Ao requerer a licença, através de formulário próprio, regulamentado por decreto, o contribuinte fornecer à Prefeitura, além dos elementos e informações necessários à sua inscrição, no Cadastro Mobiliário Fiscal do município:

- a) quando pessoas físicas deverão entregar cópia da cédula de identidade (RG), CPF e comprovante de endereço, no ato da inscrição;
- b) quando pessoas jurídicas deverão entregar cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda), Contrato Social e suas alterações, ou declaração de firma individual e comprovante de endereço, no ato da inscrição.

 2 - Para todo e qualquer estabelecimento haverá uma inscrição distinta.

 3 - Não haverá casos de transferência de firma individual, dentro do Cadastro Mobiliário Fiscal (de contribuintes de tributos municipais), mas sim, far-se- necessário o cancelamento da inscrição municipal inicial (anterior), e a posterior abertura de nova inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 239

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 198. Aos contribuintes que satisfizerem as exigências regulamentares será concedido, sempre a título precário, um Alvará de Licença contendo as características essenciais de sua inscrição, a ser apresentado quando solicitado.

### **Seção IV Do Lançamento**

Art. 199. As taxas de fiscalização de licença podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas, nos avisos-recibo constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 200. As taxas são lançadas a título precário, podendo a licença ser cassada sempre que expedida em desacordo com a legislação municipal ou quando o contribuinte descumprir as normas e condições impostas para a concessão da referida licença.

Pargrafonico - Com a casso da licença, será determinado o fechamento do estabelecimento.

### **Seção V Das Formas e Prazos de Pagamento**

Art. 201. As taxas de fiscalização de licença iniciais serão arrecadadas mediante guia oficial preenchida pelo setor competente ou pelo contribuinte, observando-se os prazos estabelecidos neste código.

Pargrafonico - as taxas de licença, quando anuais, para efeito de renovação da licença, serão arrecadadas conforme definido em decreto, e as iniciais, serão arrecadadas no ato da concessão da licença.

### **Seção VI Da Taxa de Fiscalização da Licença para Localização**

Art. 202. Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique  indústria, ao comércio,  prestação de serviços ou a qualquer outra atividade, em caráter permanente ou temporário, são poderá instalar-se mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da Taxa de Fiscalização da Licença para Localização.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 240

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

 1- Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

 2- A Taxa de Fiscalização da Licença para localização também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

Art. 203. A licença para localização será concedida conforme determinação do órgão competente.

 1- Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento, no exercício de atividade ou transferência de firma individual.

 2- A licença poderá ser cassada, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento, ou ainda quando o estabelecimento por suas atividades interferir no sossego público.

 3- As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso  fiscalização.

 4- A taxa de fiscalização da licença para localização será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

Art. 204. A taxa de fiscalização da licença para localização é devida de acordo com a seguinte tabela, devendo ser lançada, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções I a V do Capítulo II do Título III do Livro II, e do artigo 285.

	<u>NATUREZA DA ATIVIDADE</u>	<u>Valor em R\$</u>
I	<u>ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS</u>	
	a) até 100 m <sup>2</sup>	100,00
	b) acima de 100 m <sup>2</sup> até 200 m <sup>2</sup>	150,00
	c) acima de 200 m <sup>2</sup> até 300 m <sup>2</sup>	300,00
	d) acima de 300 m <sup>2</sup> até 400 m <sup>2</sup>	500,00
	e) acima de 400 m <sup>2</sup> até 500 m <sup>2</sup>	800,00
	f) acima de 500 m <sup>2</sup> até 600 m <sup>2</sup>	1.000,00



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 241

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

	g) acima de 600 m <sup>2</sup> até 800 m <sup>2</sup>				1.200,00
	h) acima de 800 m <sup>2</sup>				1.500,00
II	<b><u>ESTABELECIMENTOS NÃO INDUSTRIAIS, EXCETO AQUELES COM ATIVIDADES EXCLUSIVAS DA LISTA DE SERVIÇOS</u></b>				
	a) METRAGEM	b) ZONA I	c) ZONA II	d) ZONA III	
	0 a 20 m <sup>2</sup>	25,00	20,00	15,00	
	20,01 a 40 m <sup>2</sup>	35,00	25,00	20,00	
	40,01 a 60 m <sup>2</sup>	50,00	40,00	35,00	
	60,01 a 100 m <sup>2</sup>	75,00	70,00	60,00	
	100,01 a 200 m <sup>2</sup>	100,00	90,00	80,00	
	acima de 200 m <sup>2</sup>	150,00	140,00	120,00	
III	<b><u>ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS (EXCETO DIVERSÕES PÚBLICAS E ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS)</u></b>				
	a) METRAGEM	b) ZONA I	c) ZONA II	d) ZONA III	
	0 a 40 m <sup>2</sup>	30,00	25,00	20,00	
	40,01 a 80 m <sup>2</sup>	50,00	40,00	35,00	
	acima de 80 m <sup>2</sup>	75,00	70,00	60,00	
IV	<b><u>ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS</u></b>				
	a) METRAGEM	b) ZONA I	c) ZONA II	d) ZONA III	
	0 a 400 m <sup>2</sup>	300,00	250,00	200,00	
	acima de 400 m <sup>2</sup>	500,00	400,00	350,00	
V	<b><u>DIVERSÕES PÚBLICAS</u></b>				120,00
VI	<b><u>FEIRANTES E AMBULANTES</u></b>				50,00

Pargrafonico - As zonas serão regulamentadas por decreto.

### **Seo VII**

#### **Da Taxa de Fiscalizao da Licença para Funcionamento em Horário Normal e Especial**

Art. 205. Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique  indústria, ao comércio,  prestao de serviços, ou a qualquer outra atividade, s poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da Taxa de Fiscalizao da Licença para Funcionamento.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 242

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

 1- A Taxa de Fiscaliza da Licen para funcionamento  anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

 2- Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemoraes, em instalaes precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

 3- A Taxa de Fiscaliza da Licen para funcionamento também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

 4- A Taxa de Fiscaliza da Licen para funcionamento  arrecadada juntamente com o imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN), nas datas e prazos fixados para estes.

Art. 206. As pessoas relacionadas no artigo anterior que queiram manter seus estabelecimentos abertos fora do horário normal, nos casos em que a lei o permitir, s poderão iniciar suas atividades mediante prévia licen da Prefeitura e pagamento da taxa correspondente, observado o disposto no artigo 208.

Parágrafo nico - Considera-se horário especial, o período correspondente aos domingos e feriados, em qualquer horário, e, nos dias úteis, das 18 horas às 06 horas.

Art. 207. Para os estabelecimentos abertos em horário especial, a Taxa de Fiscaliza da Licen para funcionamento será acrescida de 100% (cem por cento) sobre o seu valor.

Art. 208. Os acréscimos constantes do artigo 207 não se aplicam às seguintes atividades:

- I. impressão e distribuio de jornais;
- II. serviços de transportes coletivos;
- III. institutos de educao e de assistência social;
- IV. hospitais e congneres;
- V. cinema;
- VI. serviço telefnico;
- VII. serviço de vigilância e segurança.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 243

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

Art. 209. A licença para funcionamento será concedida desde que observadas as condições estabelecidas para o exercício de cada atividade na legislação municipal, estadual e federal.

 1- Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento, no exercício da atividade ou transferência de firma individual, inclusive nos casos de mudança de endereço de prestadores de serviço sem estabelecimento fixo.

 2- A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

 3- As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível ao público e de fácil acesso  fiscalização.

 4- Nos casos de sucessão e demais alterações, mantendo-se a mesma atividade, o lançamento da nova taxa deverá compensar os valores anteriormente pagos, no mesmo exercício.

Art. 210. Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo estabelecimento, a Taxa de Fiscalização da Licença para funcionamento será calculada e paga levando-se em consideração a atividade sujeita a maior nus fiscal.

Art. 211. A Taxa de Fiscalização da Licença para funcionamento é devida de acordo com a seguinte tabela, devendo ser lançada e arrecadada nos prazos e datas fixados no aviso de lançamento, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções de I a V do Capítulo II do Título III do Livro II, e do artigo 285.

	<b><u>NATUREZA DA ATIVIDADE</u></b>	<b><u>Valor em R\$</u></b>
I	<b><u>ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS</u></b>	
	a) até 100 m <sup>2</sup>	100,00
	b) acima de 100 m <sup>2</sup> até 200 m <sup>2</sup>	150,00
	c) acima de 200 m <sup>2</sup> até 300 m <sup>2</sup>	300,00
	d) acima de 300 m <sup>2</sup> até 400 m <sup>2</sup>	500,00
	e) acima de 400 m <sup>2</sup> até 500 m <sup>2</sup>	800,00



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 244

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

	f) acima de 500 m <sup>2</sup> até 600 m <sup>2</sup>	1.000,00			
	g) acima de 600 m <sup>2</sup> até 800 m <sup>2</sup>	1.200,00			
	h) acima de 800 m <sup>2</sup>	1.500,00			
II	<b><u>ESTABELECIMENTOS NÃO INDUSTRIAIS, EXCETO AQUELES COM ATIVIDADES EXCLUSIVAS DA LISTA DE SERVIÇOS</u></b>				
	i) METRAGEM	j) ZONA I	k) ZONA II	l) ZONA III	
	0 a 20 m <sup>2</sup>	25,00	20,00	15,00	
	20,01 a 40 m <sup>2</sup>	35,00	25,00	20,00	
	40,01 a 60 m <sup>2</sup>	50,00	40,00	35,00	
	60,01 a 100 m <sup>2</sup>	75,00	70,00	60,00	
	100,01 a 200 m <sup>2</sup>	100,00	90,00	80,00	
	acima de 200 m <sup>2</sup>	150,00	140,00	120,00	
III	<b><u>ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS (EXCETO DIVERSÕES PÚBLICAS E ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS)</u></b>				
	a) METRAGEM	b) ZONA I	c) ZONA II	d) ZONA III	
	0 a 40 m <sup>2</sup>	30,00	25,00	20,00	
	40,01 a 80 m <sup>2</sup>	50,00	40,00	35,00	
	acima de 80 m <sup>2</sup>	75,00	70,00	60,00	
IV	<b><u>ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS</u></b>				
	a) METRAGEM	b) ZONA I	c) ZONA II	d) ZONA III	
	0 a 400 m <sup>2</sup>	300,00	250,00	200,00	
	acima de 400 m <sup>2</sup>	500,00	400,00	350,00	
V	<b><u>FEIRANTES E AMBULANTES</u></b>				50,00
VI	<b><u>DIVERSÕES PÚBLICAS</u></b>				120,00

### **Seção VIII**

#### **Da Taxa de Fiscalização da Licena para o Exerccio da Atividade de Comrcio Ambulante ou Eventual**

Art. 212. Qualquer pessoa que queira exercer o comrcio ambulante ou eventual poderá fazê-lo, mediante previa licena da Prefeitura Municipal e pagamento da Taxa de Fiscalização da Licena de Comrcio Ambulante ou Eventual.

 1- O alvará deverá estar sempre em poder do comerciante ambulante ou eventual, para ser exibida aos fiscais tributários, quando solicitado.

 2- Considera-se comrcio ambulante ou eventual o exerccio individual, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com caracterstica eminentemente não sedentária.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 245

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

 3- Os dados cadastrais deverá ser atualizados, sempre que houver qualquer modifico nas características do exercício da atividade, ou quando houver renovação da licença.

Art. 213. Estão isentos do pagamento da Taxa de Fiscalização da Licença de comércio ambulante ou eventual, os portadores de deficiência física, conforme disciplinado em regulamento.

Art. 214. A Taxa de Fiscalização da Licença de comércio ambulante ou eventual  anual, de forma integral, ou na razão de 1/12 (um doze avos) para cada um dos meses restantes do ano, a partir da data do início da atividade e será recolhida, de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa, nos termos do artigo 216.

Parágrafo nico - Após promovida a inscrição e recolhido o valor da taxa, será fornecida ao interessado o alvará de licença.

Art. 215. A Licença para o Comércio Ambulante ou Eventual é pessoal, intransferível e poderá ser cassada, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

Art. 216. A Taxa de Fiscalização da Licença de comércio ambulante ou eventual é devida de acordo com a seguinte tabela e com os períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções de I a V do Capítulo II do Título III do Livro II, e dos artigos 285 e 286.

	<b><u>NATUREZA DA ATIVIDADE</u></b>	<b><u>Valor em R\$</u></b> <b><u>(Anual)</u></b>
I	Qualquer atividade normal	250,00
II	Qualquer atividade com licença especial	500,00

### **Seção IX**

#### **Da Taxa de Fiscalização da Licença para Execução de Obras de Construção Civil e Similares**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 246

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

Art. 217. Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescentar ou demolir edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias e sarjetas, e outras instalações no solo, subsolo e espaço aéreo, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano,  colocação de tapumes ou andaimes e quaisquer outras obras em imóveis, está sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da Taxa de Fiscalização da Licença para Execução de Obras de Construção Civil e Similares.

 1- Nenhuma obra de construção civil ou similar, de qualquer espécie, poderá ter início ou prosseguimento sem o pagamento da Taxa de Fiscalização da Licença referida neste artigo.

 2- O engenheiro responsável pela obra responde solidariamente com o proprietário de obras particulares.

Art. 218. As multas serão aplicadas de conformidade com os artigos 285 e 287, e não dispensam o contribuinte do pagamento da Taxa de Fiscalização da Licença devida, nem elidem a aplicação de outras cominações legais.

Art. 219. Estão isentas desta taxa:

- I. a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obra já licenciada pela Prefeitura;
- II. a construção de casa popular, assim considerada por lei municipal, de até 60m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), destinada a uso próprio e com a planta fornecida pela Prefeitura, atendido os requisitos mencionados no artigo 183, parágrafo nico.

Art. 220. A taxa de Fiscalização da licença para execução de obra de construção civil e similares  devida de acordo com a seguinte tabela, devendo ser lançada, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções I a V do Capítulo II do Título III do Livro II, e dos artigos 285 e 287:

	<u>NATUREZA DA ATIVIDADE</u>	<u>Valor em R\$</u>
I	<u>Construção e reconstrução de:</u>	
	a) Edifícios e residências - por m <sup>2</sup> de área construída	0,50
	b) Edculas - por m <sup>2</sup> de área construída	0,25
	c) Barraces e galpões - por m <sup>2</sup> de área construída	0,30
	d) Outras - por m <sup>2</sup> de área construída	0,50



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 247

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

II	<i>Reformas, reparos e demolies de construes - por m<sup>2</sup> de área construída</i>	0,25
III	<i>Loteamentos e desmembramentos - por m<sup>2</sup> de área dos lotes</i>	0,05
IV	<i>Arruamento, desde que n ocorra, simultaneamente, desmembramento ou loteamento - por m<sup>2</sup> resultante da metragem da área lindeira e profundidade até 40 metros.</i>	0,05
V	<i>Quaisquer outras obras n especificadas nesta tabela:</i>	
	a) por metro linear	0,05
	b) por metro quadrado	0,50
VI	<i>Vistoria e fiscalizao de obras:</i>	
	a) residenciais	25,00
	b) comerciais e industriais:	
	b.1) até 300 m <sup>2</sup> de área construída	50,00
	b.2) mais de 300 m <sup>2</sup> até 600 m <sup>2</sup> de área construída	100,00
	b.3) mais de 600 m <sup>2</sup> até 1.000 m <sup>2</sup> de área construída	200,00
	b.4) mais de 1.000 m <sup>2</sup> de área construída	300,00

 1- No caso do procedimento de ofício da Administrao Pública, o lançamento é efetuado em nome do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel.

 2- O lançamento será efetuado por ocasião da expedio de alvarás, documentos, prática dos atos ou procedimentos requeridos, ou realizados de ofício pela Administrao Pública.

### **Seo X**

#### **Da Taxa da Fiscalizao da Licença para Publicidade**

Art. 221. A publicidade levada a efeito, através de quaisquer instrumentos de divulgao ou comunicao de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da Taxa de Fiscalizao da Licença para Publicidade.

Parágrafo nico - A publicidade feita nos estabelecimentos produtores, industriais, comerciais ou de prestao de serviços, assim como todos os tipos de pintura, n estão obrigadas ao pedido de renovao anual, desde



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 248

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

que não sofram alterações no seu tamanho e localização, e serão lançados automaticamente em cada exercício.

Art. 222. Respondem pela observância das disposies desta Seção, todas as pessoas, físicas ou jurídicas, responsáveis pela veiculação da publicidade.

Art. 223. O pedido de licença deverá ser instruido com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instrues e regulamentos respectivos.

Pargrafonico - Quando o local em que se pretender colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá esse juntar ao requerimento a autorização do proprietário do mesmo.

Art. 224. Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverá constar, obrigatoriamente, o número de identificação fornecido pela repartição competente.

Art. 225. A Taxa de Fiscalização da Licença para Publicidade  devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada, aplicando-se, quando cabíveis, as disposies das Sees I a V do Capítulo II do Título III do Livro II, e dos artigos 285 e 288.

	<b><u>ESPÉCIE DE PUBLICIDADE</u></b>	<b><u>Valor em R\$</u></b>
1	Publicidade na parte externa dos estabelecimentos ou em outros locais, mediante letreiros e desenhos pintados, pinturas em paredes e muros - por unidade - anual	10,00
2	Publicidade na parte externa dos estabelecimentos ou em outros locais, feitas com placas, paineis, cartazes, quadros, tabuletas e similares - por unidade - anual	10,00
3	Publicidade internas e externas, no próprio estabelecimento, com atividade de cinema - por unidade - mensal	10,00
4	Publicidade com faixas de tecidos, colocados em logradouros públicos - por unidade - semanal	15,00
5	Publicidade em veículos, com essa finalidade exclusiva - por veículo - anual	10,00
6	Publicidade em veículos, utilizados para outras finalidades - por veículo - anual	5,00



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 249

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

7	Publicidade por meio de projeções de filmes, dispositivos ou similares, em vias e logradouros públicos - por exibição	15,00
8	Publicidade por meio de alto-falante - por corneta - anual	30,00
9	Publicidade em teatros, circos, boates e similares - por local - mensal	10,00
10	Publicidade eventual, por tempo determinado, por meio de alto-falante, corneta, carro de som e similares - semanal	20,00
11	Publicidade eventual, por tempo determinado, por meio de folhetos ou programas impressos em qualquer material - por circulação de cada milheiro	10,00
12	Publicidade em brindes - por circulação de cada milheiro	10,00
13	Publicidade, por tempo determinado, em anúncios de atividades eventuais de diversões públicas, exposições e similares - por unidade - por semana	10,00

§ 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as tabelas descritivas deste artigo, desde que não implique em modificação das alíquotas incidentes nas respectivas publicidades. Poderá também acrescentar outras atividades em cada um dos grupos, desde que sejam de natureza semelhante.

§ 2º- Quando a publicidade for feita por meio de pinturas ou desenho de letras, logotipos, etc., em muros, paredes ou equivalentes, a área de fundo realçado é componente integrante da área da publicidade.

§ 3º- A licença referida no “caput” deste artigo é intransferível e valerá apenas para o período do exercício em que for concedida.

Art. 226. Estão isentos da Taxa de Fiscalização da Licença para publicidade, se o seu conteúdo não tiver caráter publicitário:

- I. os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos ou religiosos;
- II. as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;
- III. tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e prontos-socorros;
- IV. placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras particulares ou públicas.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 250

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

### Seção XI

#### **Da Taxa de Fiscalização da Licena para Ocupação e Permanncia em áreas, nas Vias, Logradouros e Passeios Públicos, Solo, Subsolo e Espaço Aéreo, Inclusive em Mercados-Livres e Feiras-Livres**

Art. 227. A taxa de Fiscalização da ocupação e de permanncia em áreas, em vias, em logradouros e passeios públicos, solo, subsolo e espao aéreo, inclusive em mercados-livres e feiras-livres, fundada no poder de polícia administrativa do Município, concernentes ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização, a instalação e a permanncia de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos, em observância às normas municipais de posturas relativas à esttica urbana, aos costumes, à ordem,  tranquilidade, à higiene, ao trânsito e a segurana pública.

 1- O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com a localização, a instalação e a permanncia de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos em áreas, em vias e em logradouros públicos, inclusive subsolo e espao aéreo.

 2- Qualquer ocupação de áreas, conforme disposto no artigo 228, somente poderá ser feita mediante prévia licena da Prefeitura Municipal acompanhada da devida Taxa de Fiscalização da Licena, que é anual ou semestral e que será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 232.

 3- Promovida a inscrição e recolhido o valor da taxa, será fornecida ao interessado o alvará de licena.

 4- O recibo, o comprovante de pagamento da taxa e ou o alvará, deverá estar sempre em poder de um representante, no local, para ser exibida aos fiscais tributários, quando solicitado.

 5- A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade, ou quando houver renovação da licena.

 6- A licena s será concedida, pela repartição competente, quando tal ocupação do solo, subsolo ou espao aéreo, n prejudique o trânsito ou o interesse público.

 7- Constatado qualquer dano ou prejuízo ao interesse público, a licena será cassada, interditando-se as atividades, até sua reparação total.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 251

## LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.

Art. 228. Entende-se por ocupação de áreas, o espaço ocupado por instalações, balcões, mesas, cadeiras, barracas, tabuleiros, veículos e assemelhados, ou todo e qualquer outro tipo similar de ocupação de solo, subsolo e espaço aéreo, nas feiras-livres, vias, logradouros e passeios públicos, locais esses quando permitidos pela Prefeitura Municipal, por prazo e critério desta.

Art. 229. Sem prejuízo do tributo, a Prefeitura apreenderá e removerá para seus depósitos, qualquer equipamento, objeto e ou mercadoria colocados em locais não permitidos ou colocados em vias, logradouros ou passeios públicos, subsolo ou espaço aéreo, sem a devida licença.

Art. 230. Incluem-se na exigência dessa licença, os comerciantes ambulantes ou eventuais devidamente credenciados, e que possuam a licença, quando estiverem exercendo suas atividades em feiras-livres.

Art. 231. A licença para ocupação de solo poderá ser cassada, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

Art. 232. A taxa de Fiscalização da ocupação e de permanência em áreas, em vias, em logradouros e passeios públicos, solo, subsolo e espaço aéreo, inclusive em mercados-livres e feiras-livres é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções de I a V do Capítulo II do Título III do Livro II, e dos artigos 285 e 286.

	<b><u>ALÍQUOTA</u></b>	<b><u>Valor em R\$</u></b>	
		<b><u>Semestral</u></b>	<b><u>Anual</u></b>
	<i><u>ESPAÇO OCUPADO EM ÁREAS, EM VIAS, LOGRADOUROS E PASSEIOS PÚBLICOS, INCLUSIVE NAS FEIRAS E NOS MERCADOS LIVRES, POR:</u></i>		
1	Balcões, mercadorias, “trailers”, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, ou como depósito de mercadoria ou estacionamento privativo de veículos,		



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 252

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

	inclusive para fins comerciais, em locais e prazos designados pela Prefeitura:		
	a) até 2 m <sup>2</sup> (alíquota fixa)	20,00	40,00
	b) acima de 2 m <sup>2</sup> - alíquota por m <sup>2</sup>	40,00	80,00
2	Mercadorias nas feiras-livres, com ou sem uso de qualquer móvel ou instalação:		
	a) até 2 m <sup>2</sup> (alíquota fixa)	20,00	40,00
	b) acima de 2 m <sup>2</sup> - alíquota por m <sup>2</sup>	5,00	10,00
3	Todo e qualquer outro item, objeto, material, instalação, etc., não especificado acima:		
	a) até 2 m <sup>2</sup> (alíquota fixa)	20,00	40,00
	b) acima de 2m <sup>2</sup> - alíquota por m <sup>2</sup>	5,00	10,00
		<u>Por semana ou fração</u>	
4	Parques de diversões - alíquota por m <sup>2</sup>	0,25	

### Seção XII

#### Da Taxa de Licença de Fiscalização de Higiene e Saúde

Art. 233. Qualquer pessoa física ou jurídica, que se dedique  indústria, ao comércio,  prestação de serviços ou a qualquer outra atividade, constante da lista do artigo 235, são poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da Taxa de Licença de Fiscalização de Higiene e Saúde.

 1- Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

 2- A Taxa de Licença de Fiscalização de Higiene e Saúde é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de alimentos, bebidas, remédios e demais mercadorias correlatas.

Art. 234. Taxa de Licença de Fiscalização de Higiene e Saúde será concedida conforme regulamento da Vigilância Sanitária.

 1- Será obrigria nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

 2- A licença poderá ser cassada a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 253

## LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.

cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º- As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível ao público e de fácil acesso à fiscalização.

§4º- A Taxa de Licença de Fiscalização de Higiene e Saúde é anual e será recolhida de uma única vez, antes dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do município.

Art. 235. A Taxa de Licença de Fiscalização de Higiene e Saúde é devida de acordo com a seguinte tabela, devendo ser lançada, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das seções I a V do Capítulo II, do Título III, do Livro II, e do artigo 289.

<b>CÓD.</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TAXA ABERTURA</b>	<b>TAXA RENOV.</b>
1.	Vistoria para expedição de Alvará de funcionamento quando do início das atividades, alteração de local, inclusão e remoção de atividade.		
1.1.	Produtos de interesse à saúde:		
1.1.1.	Indústria de: alimentos, aditivos, embalagens, gelo, tintas e vernizes para fins alimentícios	R\$ 312,03	R\$ 104,01
1.1.2.	Envasadoras de água mineral e potável de mesa	R\$ 312,03	R\$ 104,01
1.1.3.	Cozinhas industriais, empacotadoras de alimentos	R\$ 312,03	R\$ 104,01
1.1.4.	Indústria de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes domissanitários	R\$ 312,03	R\$ 104,01
1.1.5.	Supermercados e congêneres	R\$ 218,42	R\$ 72,81
1.1.6.	Prestadoras de serviços de esterilização	R\$ 218,42	R\$ 72,81
1.1.7.	Distribuidoras e depósitos de alimentos, bebidas e águas minerais	R\$ 124,81	R\$ 41,60
1.1.8.	Restaurantes, churrascarias, rotisseries, pizzarias, padarias, confeitarias e	R\$ 124,81	R\$ 41,60



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 254

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

	similares		
1.1.9.	Sorveterias	R\$ 124,81	R\$ 41,60
1.1.10.	Distribuidoras com fracionamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes	R\$ 124,81	R\$ 41,60
1.1.11.	Aplicadoras de produtos saneantes domissanitários	R\$ 124,81	R\$ 41,60
1.1.12.	Açougues, avícolas, peixarias, lanchonetes, quiosques, trailers e pastelarias	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.1.13.	Mercearias e congneres	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.1.14.	Comércio de laticínios e embutidos	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.1.15.	Dispensários, postos de medicamentos e ervanárias	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.1.16.	Distribuidoras sem fracionamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes domissanitários, casas de artigos cirúrgicos e dentários	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.1.17.	Depósitos fechados de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.1.18.	Farmácias	R\$ 156,02	R\$ 52,01
1.1.19.	Drogarias	R\$ 124,81	R\$ 41,60
1.1.20.	Comércio de ovos, bebidas, frutaria, verduras, legumes, quitanda e bar	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.1.21.	Vistoria de veículos automotores para transporte de alimentos	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.	Serviços de saúde:		
1.2.1.	Estabelecimentos de assistência médico-hospitalar:		
	a) Até 50 (cinquenta) leitos	R\$ 124,81	R\$ 41,60
	b) De 51 (cinquenta e um)  250	R\$ 218,42	R\$ 72,81



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 255

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

	(duzentos e cinquenta) leitos		
	c) Mais de 250 (duzentos e cinquenta) leitos	R\$ 218,42	R\$ 72,81
1.2.2.	Estabelecimentos de assistência médico-ambulatorial (consultório)	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.2.3.	Estabelecimentos de assistência médica de urgência	R\$ 124,81	R\$ 41,60
1.2.4.	Hemoterapia:		
1.2.4.1.	Serviços ou Institutos de hemoterapia	R\$ 156,02	R\$ 52,01
1.2.4.2.	Bancos de Sangue	R\$ 78,01	R\$ 26,00
1.2.4.3.	Agncias transfusionais	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.4.4.	Postos de coleta	R\$ 31,20	R\$ 10,40
1.2.5.	Unidades nefrolgicas (hemodilise, dilise peritoneal ambulatorial contnua, dilise peritoneal intermitente e congneres)	R\$ 156,02	R\$ 52,01
1.2.6.	Institutos ou clnicas de fisioterapia e de ortopedia	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.2.7.	Institutos de beleza:		
1.2.7.1.	Com responsabilidade mdica	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.2.7.2.	Pedicuros e podlogos	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.8.	Institutos de massagem e tatuagem, pticas e labortorios de pticas	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.9.	Labortorios de anlises clnicas, patologia clnica, hematologia clnica, anatomia patolgica, citologia, Lquidos cefalorraquidianos e congneres	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.10.	Postos de coleta de labortorios de análises clínicas, patologia clínica, hematologia clínica, anatomia patológica, citologia, líquidos cefalorraquidianos e congneres	R\$ 31,20	R\$ 10,40
1.2.11.	Bancos de olhos, órgãos, leite e outras secreções	R\$ 78,00	R\$ 26,00
1.2.12.	Estabelecimentos que se destinam  prática de esportes:		



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 256

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

1.2.12.1.	Com responsabilidade médica	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.13.	Estabelecimentos que se destinam ao transporte de pacientes	R\$ 31,20	R\$ 10,40
1.2.14.	Clínica médico-veterinária	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.15.	Estabelecimentos de assistência odontológica:		
1.2.15.1	Consultório odontológico	R\$ 46,94	R\$ 15,65
1.2.15.2.	Demais estabelecimentos	R\$ 109,21	R\$ 36,40
1.2.16.	Laboratórios ou oficina de prótese dentária	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.17.	Estabelecimentos que utilizam radiação ionizante, inclusive consultórios dentários:		
1.2.17.1.	Serviços de medicina nuclear JN VIVO	R\$ 124,81	R\$ 41,60
1.2.17.2.	Serviços de medicina nuclear IN VITRO	R\$ 46,81	R\$ 15,60
1.2.17.3.	Equipamentos de radiologia médica e odontológica	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.17.4.	Equipamentos de radioterapia	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.2.17.5.	Conjunto de fontes de radioterapia	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.18.	Vistoria de veículos para transporte e atendimento de doentes:		
1.2.18.1.	Terrestre	R\$ 31,20	R\$ 10,40
1.2.18.2.	Aéreo	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.2.19.	Casas de repouso e casa de idosos:		
1.2.19.1.	Com responsabilidade médica	R\$ 93,61	R\$ 31,20
1.2.19.2.	Sem responsabilidade médica	R\$ 62,41	R\$ 20,80
1.3.	Demais estabelecimentos não especificados, sujeitos  fiscalização	R\$ 93,61	R\$ 31,20
2.	Rubricas de livros:		
	a)Até 100 (cem) folhas	R\$ 9,36	R\$ 3,12
	b)De 101 (cento e um) a 200 (duzentas) folhas	R\$ 14,04	R\$ 4,68
	c)Acima de 200 (duzentas) folhas	R\$ 17,16	R\$ 5,72
3.	Termos de responsabilidade técnica	R\$ 15,60	R\$ 5,20
4.	Visto em notas fiscais de produtos sujeitos ao controle especial:		
	a)Até 5 (cinco) notas	R\$ 6,24	R\$ 2,08



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 257

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

	b)Por nota que crescer	R\$ 0,06	R\$ 0,02
5.	Cadastramento dos estabelecimentos que utilizam produtos de controle especial, bem como os de insumos químicos	R\$ 15,60	R\$ 5,20
6.	Altero de razão social	R\$ 15,60	R\$ 5,20
7.	Piscinas	R\$ 14,04	R\$ 4,68
8.	Motel, Hotel	R\$ 156,02	R\$ 52,01
9.	Carrinhos e lanches ambulantes	R\$ 14,04	R\$ 4,68
10.	Outras atividades que necessitem autorização da Vigilância Sanitária para funcionarem	R\$ 62,41	R\$ 20,80

Art. 236. A base de cáculo da taxa de abertura e das renovações é o custo estimado da realização das vistorias e demais serviços administrativos, conforme definido na tabela do artigo 235.

 1 - Os estabelecimentos que exercerem mais de uma atividade prevista na lista do artigo 235, recolherão a taxa de maior valor.

## **CAPÍTULO III DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

### **Seção I Do Fato Gerador e do Contribuinte**

Art. 237. As taxas de serviços públicos têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto  sua disposição.

Parágrafo nico - O serviço público considera-se:

I. utilizado pelo contribuinte:

- a) efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;
- b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, seja posto  sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II. específico: quando possa ser destacado em unidade autnoma de intervenção, de utilidade ou de necessidade pública;

III. divisível: quando suscetível de utilização separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 258

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 238. O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel lindeiro  via ou logradouro público, abrangido pelo serviço prestado, e os beneficiários dos serviços prestados.

Parágrafo nico - Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila ou assemelhados, ou por qualquer meio,  via ou logradouro público e que sejam beneficiários do serviço prestado ou posto a disposio.

Art. 239. As taxas de serviços públicos são devidas para a coleta de lixo;

### **Seo II**

#### **Da Base de Cculo e da Alíquota**

Art. 240. A base de cáculo das taxas de serviços públicos é o custo do serviço.

Art. 241. O valor das Taxas de Serviços Públicos será obtido pelo rateio do custo da prestao dos serviços, entre os contribuintes, de acordo com critérios específicos.

### **Seo III**

#### **Da Inscrio e do Lançamento**

Art. 242. As taxas de serviços públicos podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas nos avisos-recibo constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 243. Aproveita-se para o lançamento das taxas previstas nos incisos I e II do artigo 239, a inscrio efetuada para lançamento da propriedade imobiliária, constante no cadastro Imobiliário Municipal.

Parágrafo nico - Os lançamentos, para efeito deste código, têm eficácia:

- I. anualmente, nos casos dos incisos I e II do artigo 239, considerada a situao do imóvel em 1 de janeiro do ano-base de lançamento;

### **Seo IV**

#### **Das Formas e Prazos de Pagamento**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 259

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

Art. 244. O pagamento das taxas de serviços públicos será feito nos vencimentos e locais indicados nos avisos-recibo.

### **Seção V Da Taxa de Coleta de Lixo**

Art. 245. A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização efetiva ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, de serviços municipais de coleta de lixo domiciliar e especial.

Pargrafonico - Considera-se serviço de limpeza:

- I. a coleta e remoção de lixo domiciliar;
- II. a coleta de lixo de empresas comerciais e industriais;
- III. a coleta de lixo biológico.

Art. 246. A Taxa de Coleta de Lixo é devida pelas pessoas sujeitas a tributos sobre a propriedade imobiliária urbana, quando o serviço for efetivamente prestado ou colocado  disposição.

Art. 247. A base de cáculo da taxa será o custo do serviço no exercício anterior, atualizado e rateado entre os contribuintes, observada a seguinte conformidade:

- I. Incisos I, II e III do pargrafonico do artigo 245 - rateio do custo contábil do exercício anterior, atualizado, entre todos os contribuintes possuidores de imóveis da zona urbana, com área edificada, obedecida a seguinte tabela:

	<b>PRÉDIOS C/ ÁREA CONSTRUÍDA</b>	<b>RESIDENCIAL E DE SERVIÇO</b>	<b>COMERCIAL E/OU INDUSTRIAL</b>	<b>HOSPITAIS, LABORATÓRIOS</b>
1	De 0,00 a 50,00 m <sup>2</sup>	0,40	0,60	0,75
2	De 50,01 a 100,00 m <sup>2</sup>	0,60	0,90	1,13
3	De 100,01 a 150,00 m <sup>2</sup>	0,80	1,20	1,50
4	De 150,01 a 200,00 m <sup>2</sup>	1,00	1,50	1,88



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 260

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

5	De 200,01 a 250,00 m <sup>2</sup>	1,20	1,80	2,25
6	De 250,01 a 300,00 m <sup>2</sup>	1,40	2,10	2,63
7	De 300,01 a 400,00 m <sup>2</sup>	1,80	2,70	3,38
8	De 400,01 a 600,00 m <sup>2</sup>	2,60	3,90	4,88
9	De 600,01 a 800,00 m <sup>2</sup>	3,40	5,10	6,38
10	De 800,01 a 1.000,00 m <sup>2</sup>	4,20	6,30	7,88
11	De 1.000,01 a 5.000,00 m <sup>2</sup>	16,20	24,30	30,38
12	De 5.000,01 a 10.000,00 m <sup>2</sup>	28,20	42,30	52,88
13	Acima de 10.000,00 m <sup>2</sup>	48,20	72,30	90,38

 1- O custo referido neste artigo será dividido pela soma de pesos, obtida na soma global dos imoveis computados nesse cáculo.

 2- Considera-se custo contábil:

- a) mão-de-obra utilizada na execução dos serviços;
- b) encargos sociais;
- c) combustíveis e lubrificantes consumidos nos veículos utilizados na execução dos serviços;

 3- O custo do serviço será apurado no dia 1 de janeiro do ano do lançamento, tendo sua expressão monetária atualizada, conforme disposto no artigo 8.

Art. 248. A Taxa de Coleta de Lixo  arrecadada juntamente com o imposto sobre a propriedade imobiliária, nas mesmas datas e prazos fixados para esse tributo.

## **TÍTULO IV DA CONTRIBUO DE MELHORIA**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 261

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 249. A Contribui de Melhoria tem como fato gerador a execu de obras públicas municipais das quais decorram valoriza imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 250. Para a cobran da Contribui de Melhoria, conforme disposto no artigo 245, deverá ser observados os seguintes requisitos mínimos:

- I. publica prévia dos seguintes elementos:
  - a) memorial descritivo do projeto;
  - b) orçamento do custo da obra;
  - c) determina da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribui de melhoria;
  - d) delimita da zona beneficiada;
  - e) determina do fator de absor do benefício da valoriza para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.
- II. fixa de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugna, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;
- III. regulamenta do processo administrativo de instruí e julgamento da impugna a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua aprecia judicial.

Art. 251. O contribuinte desse tributo é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel beneficiado por obra pública.

Art. 252. Ficam isentos da Contribui de Melhoria:

- I. os templos de qualquer culto;
- II. as entidades de assistência social, localizadas neste Município, desde que declaradas de utilidade pública.

Art. 253. A base de cálculo da Contribui de Melhoria  valoriza imobiliária, limitada ao valor do custo da obra.

Parágrafo nico - No custo da obra serão computadas as despesas de estudo, projetos, fiscaliza, desapropria, administra, execu e financiamento, inclusive prmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimo.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 262

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 254. O valor da Contribuio de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea “c”, do inciso I, do artigo 245, pelos imóveis situados na zona beneficiada, em funo dos respectivos fatores individuais de valorizao.

Art. 255. A Contribuio de Melhoria não pode ser exigida em quantia superior ao acréscimo do valor que da obra resultar para o imóvel beneficiado.

Art. 256. A Contribuio de Melhoria será lançada de ofício e o contribuinte será notificado do montante devido, da forma e dos prazos de seu pagamento, e dos elementos que integram o respectivo cáculo.

Pargrafonico: O pagamento da Contribuio de Melhoria será efetuado em até 10 (dez) parcelas mensais, sucessivas e atualizadas sem incidência de multa ou juros de mora, sendo o pagamento da primeira parcela dentro de 15 (quinze) dias, contados da notificao.

### **TÍTULO V DAS RENDAS**

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIOES GERAIS**

Art. 257. As rendas se constituem de receitas que dependam ou não da atividade do Poder Público Municipal.

 1- A expressão “rendas” referida neste artigo  termo genérico e abrange:

- a) outras receitas;
- b) preços públicos.

 2- A expressão “outras receitas”, referida na alínea “a” do parágrafo anterior, independe da classificao específica prevista na lei reguladora dos orçamentos públicos.

#### **CAPÍTULO II DAS OUTRAS RECEITAS**

Art. 258. Outras receitas se constituem:

- I. De receita patrimonial, proveniente de:



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 263

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

- a) receita imobiliária, tais como: condomínio, foros, arrendamentos e aluguéis;
  - b) receita de capitais;
  - c) outras receitas patrimoniais.
- II. De receita industrial, proveniente de:
- a) receitas de serviços públicos;
  - b) receita de mercados e feiras;
  - c) receita de cemitérios.
- III. De transferências correntes, provenientes de:
- a) quota-parte do Imposto sobre a Propriedade Rural;
  - b) produto da arrecadação do Imposto sobre Rendas e Proventos de Qualquer Natureza que, de acordo com a Lei Federal, o Município é obrigado a reter como fonte pagadora de rendimento do trabalho e dos títulos de sua dvida pública;
  - c) quota-parte do fundo de participação dos municípios;
  - d) quota-parte dos impostos relativos a combustíveis, lubrificantes, energia elétrica e operações sobre minerais do país;
  - e) quota-parte de impostos estaduais ou da União, provenientes de transferências de encargos de arrecadação, para assegurar programas de investimentos e serviços públicos;
  - f) quota-parte ou reembolso proveniente ou não de convênio com o Estado ou a União, para assegurar programas de investimento e serviços públicos e de contribuições diversas;
  - g) quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
- IV. De receitas de capital, provenientes de:
- a) alienação de seu patrimnio;
  - b) transferência de capital;
  - c) auxílios diversos.
- V. De receitas diversas, provenientes de:
- a) multas por infrações à lei, a regulamentos, a contratos, a convênios, multas de mora, atualização e juros;
  - b) receita de exercício anterior;
  - c) dvida ativa;
  - d) outras receitas diversas.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. nº 264

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

Art. 259. Na efetivação das receitas referidas nesta Seção, quando dependam da atividade do Poder Público Municipal para a sua consecução, aplicam-se, quando couber, as mesmas regras estipuladas para os tributos.

Art. 260. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar preços ou tarifas públicas:

- I. de serviços e pelo fornecimento de bens, respeitado o limite de recuperação do custo total;
- II. pelo uso de áreas de domínio público e áreas de propriedade do município, edificadas ou não.

Art. 261. Os serviços públicos municipais, quando concedidos, terão os critérios de fixação de preços ou tarifas públicos estabelecidos no ato da sua concessão.

Art. 262. Os preços ou tarifas públicos se constituem:

§ 1º- Dos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo Município, em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados por empresas privadas:

- a) transportes coletivos;
- b) execução de muros ou passeios;
- c) roçagem e limpeza, inclusive extinção de formigueiros e retirada de entulhos de terreno;
- d) escavações, aterro, terraplenagem, inclusive os destinados à regularização de loteamentos.

§ 2º- Da utilização de serviço público municipal como contraprestação de caráter individual, ou de unidade de:

- a) fornecimento de plantas, projetos, placas, cópias fotográficas, heliográficas, mimeografadas e semelhantes;
- b) fornecimento de alimentação ou vacinas a animais apreendidos ou não;
- c) prestação de serviços técnicos, tais como: demarcação e marcação de áreas de terreno, avaliação de propriedade imobiliária, vacinação de animais.
- d) fornecimento de guias de recolhimento, formulários, confecção de protocolos e outros atos administrativos de interesse particular do contribuinte.

§ 3º- Do uso de bem ou serviço público, a qualquer título, os que:

- a) utilizarem áreas pertencentes ao Município;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. nº 265

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

- b) utilizarem áreas de domínio público;
- c) utilizarem espaços de propriedade exclusivamente municipal a título de débito ou guarda de animais, objetos, mercadoria e veículos apreendidos.

Art. 263. A enumeração referida nos parágrafos, com suas respectivas alíneas, do artigo anterior é meramente exemplificativa, podendo ser incluída no sistema de preços ou tarifas públicos, serviços de natureza semelhantes, prestados pelo Poder Público Municipal.

Art. 264. O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações de bens públicos, em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo único - O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo é aplicável, também, nos casos de infrações outras, praticadas pelos consumidores ou usuários, previstos em normas de polícia administrativa ou regulamento específico.

Art. 265. Aplicam-se aos preços ou tarifas públicos, no tocante a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, as mesmas disposições da presente lei com relação aos tributos.

Art. 266. Para efetivação dos preços ou tarifas públicos referentes aos serviços de que trata o artigo 258, parágrafo 1º, alínea “b”, observar-se-ão os dispostos nos parágrafos a seguir:

§ 1º- Os serviços de construção de muros ou passeios, ou ambos, se executados pela Prefeitura Municipal, por interesse dessa ou por solicitação do contribuinte, titular da propriedade, serão cobrados pelo custo total da obra, inclusas todas as despesas necessárias à sua execução, tais como alinhamento, plantas e levantamentos.

§ 2º- Acrescentar-se-á ao custo referido no §1º deste artigo, 20% (vinte por cento). a título de administração.

§ 3º- O lançamento é efetuado em única parcela em nome do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel beneficiado.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 266

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

### TÍTULO VI DA APREENSÃO

Art. 267. Ficam sujeitos  apreensão, os bens moveis existentes no estabelecimento do contribuinte ou em trânsito, bem como os livros, documentos e papeis que constituam prova material de infração  legislação tributária municipal.

Art. 268. Poderão ser apreendidos livros, impressos e papeis, com a finalidade de comprovar infração  legislação tributária.

Art. 269. Da apreensão administrativa será lavrado auto de apreensão dos bens apreendidos, assinado pelo detentor ou, na sua ausência ou recusa, por duas testemunhas e ainda, sendo o caso, pelo depositário designado pela autoridade que fizer a apreensão.

 1 - Uma das vias será entregue ao detentor dos bens apreendidos e outra ao depositário, se houver.

 2 - Quando se tratar de mercadorias de fácil deterioração, essa circunstância será expressamente mencionada no auto de apreensão.

Art. 270. O risco de perecimento natural ou da perda do valor do bem apreendido  do proprietário ou detentor do mesmo, qualificados no momento de apreensão.

Art. 271. A liberação de bens, livros, papeis, documentos e impressos apreendidos, s poderá ser feita quando:

- I. o contribuinte comprove a regularidade da situação fiscal que motivou a apreensão dos mesmos;
- II. mediante pagamento da multa, imposto e demais acréscimos legais e despesas de apreensão;
- III. mediante depósito em dinheiro ou garantia idnea, real ou fidejussória, correspondente ao valor do débito referido no inciso anterior;
- IV. o processo do auto de infração decorrente da apreensão transitar em julgado, como improcedente ou insubsistente.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 267

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 272. Estando o processo do auto de infra transitado em julgado, com apur de débito fiscal, as mercadorias poderá ser levadas a leilão público.

Pargrafonico - Os livros, papéis, impressos e documentos apreendidos serão devolvidos,  critério do fisco, após transitado em julgado o processo do auto de infra, qualquer que seja o resultado, de procedência ou não da ao fiscal.

Art. 273. Se as mercadorias apreendidas forem de rápida deteriorao, será fixado no auto de apreensão, prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a sua liberao,  critério do fisco,  vista do estado ou da natureza das mesmas.

Pargrafonico - Findo o prazo, sem pedido de liberao, as mercadorias serão avaliadas pela repartio fiscal e objeto de distribuio às entidades filantrópicas ou beneficentes, declaradas de utilidade pública.

## **TÍTULO VII DAS INFRAOES E PENALIDADES**

### **CAPÍTULO I DAS INFRAOES**

Art. 274. Constitui infrao toda a ao ou omissão contrária às disposioes da Legislao Tributária.

Art. 275. Constituem circunstâncias agravantes da infrao:

- I. a circunstância da infrao depender ou resultar de infrao de outra lei, tributária ou não;
- II. a reincidência;
- III. a sonegao.

Art. 276. Constituem circunstâncias atenuantes da infrao:

- I. fato de não haver o contribuinte cometido anteriormente qualquer infrao  legislao tributária;
- II. haver o contribuinte/responsável procedido  imediata regularizao de sua situao fiscal.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 268

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

Art. 277. Considera-se reincidência, para os efeitos desta lei, a nova execução, ou não regularização, pelo agente, do ato que afronte o mesmo dispositivo legal, sendo caracterizada novamente, durante o prazo de prescrição, a contar da decisão definitiva do ato administrativo referente ao cometimento anterior.

Art. 278. A sonegação configura-se pelo procedimento do contribuinte em:

- I. prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida ao fisco e que o exima, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer acréscimos devidos por lei;
- II. inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pela legislação, que o exonere do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;
- III. alterar faturas, notas fiscais ou quaisquer documentos relativos a quaisquer operações sujeitas à tributação em prejuízo da Fazenda Pública Municipal;
- IV. fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas ou receitas para dedução, total ou parcial, de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal.

## **CAPÍTULO II DAS PENALIDADES – MULTAS PECUNIÁRIAS**

### **Seção I Das Disposições Gerais**

Art. 279. São penalidades previstas nesta lei, aplicáveis separadas e/ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

- I. a multa;
- II. a perda de desconto, abatimento ou deduções;
- III. a cassação dos benefícios de isenção;
- IV. a revogação dos benefícios de anistia, moratória ou remissão.

§ 1º- A aplicação de penalidade de qualquer natureza, em caso algum, dispensa o pagamento do tributo com atualização, das multas de mora, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil e de juros de mora, quando cabíveis.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 269

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 280. A penalidade, além de impor a obrigaao de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, quando consista em multa, e deverá ter em vista:

- I. as circunstâncias atenuantes;
- II. as circunstâncias agravantes.

 1- Nos casos do inciso I, deste artigo, reduzir-se- a multa prevista em 20% (vinte por cento).

 2- Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-:

- a) na circunstância da infraao depender o resultado de infraao de outra Lei, tributária ou não;
- b) na reincidência, a multa prevista acrescida em 20% (vinte por cento);
- c) na sonegaao, a multa correspondente ao dobro do tributo sonegado, não podendo o valor daquela ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

 3- Após observado o disposto nos parágrafos 1 e 2 deste artigo, poderá o autuado pagar a multa por infraao tributária, com desconto de:

- a) 20% (vinte por cento), se dentro do prazo para a defesa;
- b) 10% (dez por cento), se dentro do prazo para recurso contra decisão de primeira instância administrativa.

 4- O benefício previsto no parágrafo anterior fica condicionado:

- a) ao pagamento integral, no mesmo ato, do imposto devido ou parcelado, de acordo com o que dispoem os artigos 26 a 29;
- b)  renúncia, pelo autuado,  defesa ou recurso previsto na legislaao, mesmo os já interpostos;
- c) ao recolhimento dos acréscimos previstos no artigo 11.

## **Seção II Dos Impostos**

### **Subseção I Do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana**

Art. 281. O descumprimento das obrigaoes principais e acessórias, instituidas pela legislaao do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana, fica sujeito às seguintes penalidades:



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 270

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

I. falta de inscriao ou cadastramento do contribuinte: multa de 80% (oitenta por cento) do valor do tributo apurado, não podendo o valor daquele ser inferior a R\$ 100,00 ( cem reais).

II. falta de atualizaao de dados cadastrais: multa de R\$ 100,00 (cem reais).

III. pelo não cumprimento do disposto no artigo 109 será imposta a multa equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor anual do imposto, não podendo o valor daquele ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais) e que será devida por um ou mais exercícios, até a regularizaao de sua inscriao e/ou cadastro fiscal.

IV. pelo parcelamento do solo a que se refere o artigo 110, os responsáveis que não cumprirem o disposto naquele artigo será imposta a multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até que seja feita a comunicaao exigida.

Art. 282. As multas previstas no “caput” do artigo 281 serão aplicadas, sem prejuízo de pagamento do Imposto devido.

### **Subseao II**

**Do Imposto sobre Transmissao “Inter-Vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imoveis, por natureza ou acessao física, e direitos reais sobre imoveis, exceto os de garantia, bem como cessao de direitos a sua aquisiçao.**

Art. 283. O descumprimento das obrigaoes principais e acessorias, instituidas pela legislaao do Imposto sobre Transmissao “Inter-Vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imoveis, por natureza ou acessao física, e direitos reais sobre imoveis, exceto os de garantia, bem como cessao de direitos a sua aquisiçao, fica sujeito às seguintes penalidades:

I. A omissao ou inexatidao de declaraao relativa a elementos que possam influir no cáculo do imposto sujeitará o contribuinte  multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto sonegado, atualizado.

II. A falta de pagamento do imposto, de transmissao “inter vivos”, sujeitará o contribuinte ou os responsáveis solidários,  multa equivalente



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 271

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

a uma vez o imposto devido, conforme disposto na Seção V do Capítulo II do Título II do Livro II.

- a) igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou que, por qualquer forma, contribua para a inexactidão ou omissão praticada.
- b) a aplicação da penalidade será feita sem prejzo do pagamento do imposto devido.

### **Subseção III**

#### **Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**

Art. 284. O descumprimento das obrigações principais e acessórias, instituídas pela legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, fica sujeito às seguintes penalidades:

- I. falta de inscrição, não apresentação de abertura:
  - a) estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços: multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais);
  - b) prestadores de serviços sem estabelecimento fixo: multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
  - c) infração ao disposto no artigo 165 e seus parágrafos: R\$ 500,00 (quinhentos reais).
- II. falta de comunicação de transferência de cesso de atividades, de alteração de dados cadastrais ou de declaração de movimento econmico:
  - a) estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços: multa de R\$ 200,00 (Duzentos reais);
  - b) prestadores de serviços sem estabelecimento fixo: multa de R\$ 100,00 (cem reais);
  - c) infração ao disposto no artigo 165 e seus parágrafos: R\$ 200,00 (duzentos reais).
- III. Infração ao disposto no artigo 162:
  - a) falta de escrituração de cada obra, nos livros: multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imposto devido, não podendo o valor deste ser inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), sem prejzo das penalidades pela mora, previstas no artigo 11;
  - b) escrituração de cada obra , nos livros, a menor, embora cumprido o disposto no artigo 162: multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imposto correspondente aos valores não



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 272

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

declarados, n podendo o valor deste ser inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), independente das penalidades pela mora, previstas no artigo 11.

### IV. Falta de recolhimento do Imposto:

- a) quando o documento fiscal estiver regularmente escriturado, nos livros e registros fiscais prrios: multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto apurado;
- b) nos demais casos: multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto apurado.

### V. Multas por infrações às disposições relativas às obrigações tributárias acessórias:

- a) falta de livros fiscais obrigrios: R\$ 100,00 (cem reais) por livro;
- b) falta ou atraso de escrituração ou escrituração irregular de livros fiscais obrigrios: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês ou fração, por livro;
- c) falta de autenticação de livros fiscais obrigrios ou quaisquer outros documentos: R\$ 200,00 (duzentos reais) por livro;
- d) dificultar ou sonegar o exame de livros e documentos fiscais ou contábeis: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- e) ausência de livros fiscais obrigrios no estabelecimento, salvo no caso previsto no parágrafo 1 do artigo 30: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por livro;
- f) uso indevido ou em desacordo com as especificações prrias, de livros, notas ou documentos fiscais: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por livro, nota ou documento fiscal;
- g) uso de notas fiscais fora da ordem cronológica; uso de nota fiscal sem a clara e precisa descrição de serviço prestado; além do uso de nota fiscal, após uma anterior em branco: R\$ 200,00 (duzentos reais) por nota fiscal;
- h) adulteração, vício ou falsificação de livros e documentos fiscais: 20% (vinte por cento) da operação a que se refere a irregularidade n podendo o valor deste ser inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- i) falta de emissão de notas fiscais: 100% (cem por cento) do valor da operação n podendo o valor deste ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais);



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 273

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

- j) confecção de livros, notas fiscais e demais documentos fiscais obrigtorios, sem autorização da repartição competente, nos termos do artigo 165 e seus parágrafos: R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- k) demais infraoes a presente lei relativas aos exercícios de atividades ou prestaoes de serviços, não especificadas nas alíneas anteriores: R\$ 100,00 (cem reais).
- i) qualquer infração que impossibilite o funcionamento do estabelecimento, poderá cominar, além da multa pecuniária prevista nos incisos anteriores, com a interdição do mesmo.

### **Seção III Das Taxas**

#### **Subseção I Das Taxas Decorrentes do Efetivo Exercício do Poder de Polícia Administrativa**

Art. 285. O descumprimento das obrigaoes principais e acessórias instituídas pela legislação das Taxas Decorrentes do Efetivo Exercício do Poder de Polícia Administrativa, fica sujeito às seguintes penalidades:

- I. falta de inscrição: multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e interdição do estabelecimento até a regularização de sua situação perante o fisco municipal;
- II. falta de renovação de licença: multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
- III. falta de alvará de funcionamento e de localização: multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- IV. alvará não fixado em local visível ao público e de fácil acesso  fiscalização: multa de R\$ 100,00 (cem reais);
- V. falta de comunicação da cesso de atividade, de alteração de dados cadastrais: multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) ou de declaração de movimento econmico;
- VI. falta de pagamento de taxa: multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa devida;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 274

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

- VII. falta de licença para funcionamento em horário especial: multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa de Fiscalizao da Licença especial;
- VIII. falta de livros fiscais obrigatórios: R\$ 100,00 (cem reais) por livro;
- IX. falta ou atraso de escriturao ou escriturao irregular de livros fiscais obrigatórios: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês ou frao, por livro;
- X. falta de autenticao de livros fiscais obrigatórios ou quaisquer outros documentos: R\$ 200,00 (duzentos reais) por livro;
- dificultar ou sonegar o exame de livros e documentos fiscais ou contábeis: R\$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais);
- XI. ausência de livros fiscais obrigatórios no estabelecimento, salvo no caso previsto no parágrafo 1 do artigo 30: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por livro;
- XII. uso indevido ou em desacordo com as especificaoes próprias, de livros, notas ou documentos fiscais: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por livro, nota ou documento fiscal;
- XIII. uso de notas fiscais fora da ordem cronológica; uso de nota fiscal sem a clara e precisa descrio de serviço prestado; além do uso de nota fiscal, após uma anterior em branco: R\$ 200,00 (duzentos reais) por nota fiscal;
- XIV. adulterao, vício ou falsificao de livros e documentos fiscais: 20% (vinte por cento) da operao a que se refere a irregularidade não podendo o valor deste ser inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- XV. falta de emissão de notas fiscais: 100% (cem por cento) do valor da operao não podendo o valor deste ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais);
- XVI. confeco de livros, notas fiscais e demais documentos fiscais obrigatórios, sem autorizao da repartio competente, nos termos do artigo 165 e seus parágrafos: R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- XVII. demais infraoes a presente lei relativas ao exercício de atividades ou prestaoes de serviços, não especificadas nas alíneas anteriores: R\$ 100,00 (cem reais);
- XVIII. qualquer infrao que impossibilite o funcionamento do estabelecimento, poderá cominar, além da multa pecuniária prevista nos incisos anteriores, com a interdio do mesmo.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, nº 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. nº 275

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 10/12/2002.**

Art. 286. Multas por infrações relativas às atividades de comércio ambulante ou eventual e à ocupação de solo nas vias, logradouros e passeios públicos, e mercados livres:

I. infração aos artigos 212, 214 e 227: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 287. Multas por infrações às disposições relativas à Taxa de Fiscalização da Licença para execução de obras particulares:

I. falta de comunicação para efeito de “vistoria”, “habite-se” ou “certidão de conclusão de obras”; e outras infrações ao Código de Obras, não especificadas: multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

II. utilização de edificação sem a competente Certidão de Conclusão de Obras” ou “habite-se”: multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único: As multas previstas nos incisos I e II serão, quando couber, aplicadas simultaneamente ao proprietário e ao engenheiro responsável pela obra, conforme disposto na Seção X do Capítulo II do Título III do Livro II.

Art. 288. Multas por infrações às disposições relativas à taxa de Fiscalização da Licença para publicidade, objeto dos artigos 221, 223 e 224: R\$ 100,00 (cem reais) por unidade.

Art. 289. Multas por infrações às disposições relativas à taxa de licença de Fiscalização de Higiene e Saúde, objeto dos artigos 233 a 236: R\$ 300,00 (trezentos reais) por unidade.

### **Subseção II**

#### **Das Taxas de Serviços Públicos**

Art. 290. O descumprimento das obrigações principais e acessórias, instituídas pelas Taxas de Serviços Públicos, fica sujeito às seguintes penalidades:

I. falta de recolhimento das taxas devidas: multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa devida.

II. Acréscimos moratórios e atualização monetária, conforme previsto no artigo 8º.

### **Seção IV**

#### **Da Contribuição de Melhoria**



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 276

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

Art. 291. O descumprimento das obrigaes principais e acessórias, instituídas pela Contribuio de Melhoria, fica sujeito às seguintes penalidades:

- I. falta de recolhimento Contribuio de Melhoria: multa de 100% (cem por cento) do valor da Contribuio de Melhoria devida.
- II. Acréscimos moratórios e atualizao monetária, conforme previsto no artigo 8.

### **CAPÍTULO III OUTRAS PENALIDADES**

Art. 292. O débito fiscal relativo à Contribuio de Melhoria, apurada conforme o disposto no artigo anterior, poderá ser recolhido em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, mediante requerimento do interessado.

Pargrafonico - O débito fiscal a que se refere este artigo, após apurado terá sua expressão monetária atualizada conforme disposto no artigo 8.

Art. 293. Os comerciantes ambulantes ou eventuais, os feirantes, que forem encontrados sem a respectiva licença e continuarem a exercerem suas atividades sem a devida regularizao, além das penalidades previstas no artigo 286 inciso I, poderão ter apreendidas suas mercadorias.

 1- Mesmo que devidamente regularizados, as suas mercadorias serão apreendidas, quando apresentarem vestígios de deteriorao, constatada após exame pela repartio sanitária local, após o que, serão inutilizadas.

 2- As mercadorias apreendidas serão removidas para o Depósito Municipal e devolvidas após a regularizao do licenciamento e pagamento de preço decorrente de apreensão, depósito e conduo, vedada a devoluo sem o pagamento, inclusive, da multa respectiva.

Art. 294. Esta Lei Complementar e suas disposies transitórias entrarão em vigor na data de sua publicao, produzindo seus efeitos a partir de 1 janeiro de 2.003.

Art. 295. Revogam-se as disposies em contrário, principalmente a lei complementar 001/93.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 277

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

### TÍTULO XI DAS DISPOSIOES TRANSITORIAS

Art. 1. Enquanto não for organizado o Cadastro Imobiliário das Propriedades Rurais do Município, a base de cáculo do Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física, e Direitos Reais sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisio, nesse caso, será o preço ou o valor constante do instrumento de transmissão ou cessão do bem imóvel ou direito a ele relativo.

 1- O valor tributável não poderá ser inferior ao valor da propriedade, inclusive benfeitorias, declarados a Receita Federal para fins de lançamento do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), do último exercício em que tenha sido efetivamente lançado.

 2- Para efeito do parágrafo anterior, o lançamento do exercício será considerado efetivado na data do vencimento da sua primeira prestao.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, AOS 10 DE DEZEMBRO DE 2002.

**ALCIDES FURTADO**

Prefeito Municipal

Registrada, publicada e arquivada na Diretoria da Divisão Administrativa, data supra.

**MARIA APARECIDA TREVISAN NEVES**

Escriturária



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 278

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

### TABELA I CÁLCULO DE VALORES VENAIIS TERRITORIAIS PARTE A – DO ZONEAMENTO TERRITORIAL URBANO

P – VALOR DO M<sup>2</sup> EM UFM

DISCRIMINAO	P
1 - Incluem-se nesta Zona todos os Imóveis com testadas para as Vias Públicas dentro do perímetro abaixo: “Tem Incio na Av. XV de Setembro na entrada principal da cidade, na pista do lado direito. Deste ponto, segue por esta avenida até encontrar o eixo da R. Marechal Deodoro; deflete à direita e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua Doze de Outubro; deflete à esquerda e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua Conde Francisco Matarazzo; deflete à esquerda e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua Amador Bueno; deflete à direita e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua 31 de Março; deflete à esquerda e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua Francisco Maria Luiz; deflete à direita e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua Capitão José Francisco Dias; deflete à esquerda e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua Deputado João de Faria; deflete à direita e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua São Miguel; deflete à direita e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua Sete de Setembro; deflete à direita e segue até encontrar o eixo da Rua São João; deflete à esquerda e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua João Carlos de Figueiredo; deflete à esquerda e segue até encontrar o eixo da Rua Campos Sales; deflete à esquerda até encontrar o eixo da Rua Augusto Alves de Figueiredo; deflete à direita e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua Washington Luiz; deflete à esquerda e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua José Lourenço Sobrinho; deflete à direita e segue até encontra o eixo da Rua Prudente de Moraes; deflete a esquerda e segue por esta rua até encontrar o eixo da Rua Deputado João de Faria; deflete à direita e segue por esta rua até o seu final	30,00



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 279

## **LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.**

continuando na mesma direção pela Avenida XV de Setembro pela pista do lado direito até a saída da cidade; da deflete finalmente à esquerda até alcançar o ponto onde teve início e fnda esta descrição.	
2 - Todos os imóveis localizados em vias ou logradouros públicos que possuam as seguintes infra-estruturas: Fornecimento de gua, Rede de Iluminação Elétrica, Guias e Sarjetas, Pavimentação que estejam localizados fora do limite da Zona 01.	16,50
3 - Todos os imóveis localizados em vias ou logradouros públicos que possuam pelo menos 03 dos equipamentos urbanos relacionados na Zona 02, exceto o Serviço de Pavimentação.	10,00
4 - Todos os imóveis localizados em vias públicas que possua pelo menos 02 dos seguintes equipamentos urbanos relacionados na Zona 02, exceto o serviço de Pavimentação.	6,50
5 - Todos os imóveis localizados em vias ou logradouros públicos servidos pelo menos de 01 dos equipamentos urbanos relacionados na Zona 02, exceto o Serviço de Pavimentação Asfáltica.	6,50
6 - Terrenos Localizados na Zona Urbana do Município, bem como aqueles localizados na Zona Rural, não cadastrados no INCRA que não estejam enquadrados em nenhuma das categorias acima.	2,25
Considera-se melhoramentos: Pavimentação, gua, Esgoto, Guias e Iluminação Pública.	



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Washington Luiz, n 146 / 188 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800 - Fax: (16) 3831-3033

www.guara.sp.gov.br

fls. n 280

## LEI COMPLEMENTAR N 018, DE 10/12/2002.

### TABELA II CÁLCULO DE VALORES VENAIS E ALÍQUOTAS PARTE B – CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAES URBANAS

DISCRIMINAÇÃO	TIPO	VALOR DO M <sup>2</sup> EM UFM
<b>Residencial Habitaes Particulares</b>		
Luxo	01	15,00
Fino	02	12,00
Médio	03	9,00
Popular	04	4,50
Rústico	05	3,00
Inferior	06	1,00
<b>Residencial Habitaes Múltiplas</b>		
Fino	11	12,00
Médio	12	9,00
Popular	13	4,50
<b>Comercial Salas e Escritórios</b>		
Fino	21	12,00
Médio	22	9,00
Popular	23	4,50
<b>Comercial Sales e Armazéns</b>		
Especial	31	9,00
Médio	32	4,500
Simples	33	3,00
<b>Industrial</b>		
Especial	41	4,50
Comum	42	3,00
Barraces	43	1,00